
Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FI-FGTS

***(CNPJ nº 09.234.078/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2020
e relatório do auditor independente***



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Ao Cotista e a Administradora
Fundo de Investimento do Fundo de
Garantia do Tempo de Serviço - FI-FGTS
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FI-FGTS ("Fundo"), que compreendem o demonstrativo da composição e diversificação da carteira em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações da evolução do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FI-FGTS em 31 de dezembro de 2020 e o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis ao Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FI-FGTS, regulamentado pela Instrução CVM nº 462/07.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Fundo, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

(a) Incerteza relevante quanto à capacidade de continuidade operacional de companhias investidas

Chamamos a atenção para as Notas 4, 5 e 6, que mencionam que os relatórios dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 das companhias investidas, por meio de ações e/ou debêntures, Odebrecht TransPort S.A., Energimp S.A., MDCPAR S.A., Logbras Participações e Desenvolvimento Logístico S.A., Hidrotérmica S.A. e Brasilterm Participações S.A.; e da Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A - INVEPAR, companhia investida do Yosemite Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, que correspondem a 2,03% do patrimônio líquido do Fundo, contêm seção de incerteza relevante quanto à capacidade de continuidade operacional dessas companhias investidas. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do
Tempo de Serviço - FI-FGTS
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)

(b) Investigações em andamento em companhias investidas

Chamamos a atenção para as Notas 4, 5 e 6, que mencionam que os relatórios dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 das companhias investidas, por meio de ações ou debêntures, Hidrotérmica S.A., Santo Antônio Energia S.A. e Brasilterm Participações S.A.; e da Madeira Energia S.A., companhia investida do Caixa Fundo de Investimento Participações Multiestratégia Amazônia Energia, que correspondem a 16,72% do patrimônio líquido do Fundo, contêm ênfases em relação às investigações e/ou outras medidas legais por autoridades públicas em andamento, como detalhado nas referidas notas explicativas. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA

Mensuração do valor justo dos investimentos em ações de companhias sem cotação em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado (Notas 3(d.4) e 6)

Em 31 de dezembro de 2020, o Fundo detém investimentos em ações de companhias sem cotação em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado, mensuradas pelo seu valor justo, determinado por meio de laudo de avaliação elaborado por empresa especializada.

A mensuração do valor justo desses investimentos é uma área que inclui subjetividade, uma vez que depende de técnicas de avaliação realizadas com base em modelos que envolvem premissas e julgamentos por parte da Administração e empresa especializada.

Considerando a subjetividade na apuração do valor justo das ações de companhias de capital fechado, com o envolvimento de elevado nível de julgamento, por parte da Administração e de empresa especializada contratada, e a sua

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria consideraram, entre outros:

Obtivemos entendimento do processo adotado pela Administração para a mensuração, reconhecimento e divulgação do valor justo dos investimentos em ações de companhias de capital fechado.

Inspecionamos os laudos de avaliação a valor justo dos investimentos, elaborados por empresa especializada, para as ações de companhias de capital fechado.

Com o auxílio de nossos especialistas em mensuração de ativos dessa natureza, obtivemos entendimento sobre a metodologia de cálculo e as premissas adotadas pela empresa especializada na construção dos modelos de mensuração e realizamos, em base amostral, testes dos cálculos



Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FI-FGTS
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)

Porque é um PAA

relevância em relação ao patrimônio líquido do Fundo e à consequente apuração do valor de sua cota, a mensuração desses investimentos foi considerada área de foco em nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

aritméticos incluídos nos laudos e analisamos, quando aplicável, o alinhamento dessas premissas e desse modelo com as práticas usualmente utilizadas pelo mercado.

Nossos procedimentos de auditoria proporcionaram evidência apropriada e suficiente sobre a mensuração desses investimentos do Fundo.

Mensuração do valor recuperável dos saldos dos investimentos em debêntures não conversíveis em ações (Notas 3(d.2), 3(d.6) e 4)

Em 31 de dezembro de 2020, o Fundo detém investimento em debêntures não conversíveis em ações mensuradas pelo valor de seu principal acrescido da remuneração decorrida *pro rata temporis*, de acordo com as respectivas escrituras de emissão, deduzido pela provisão para redução ao seu valor recuperável, quando aplicável.

Na determinação do valor recuperável dos saldos das debêntures, a administração do Fundo adota metodologia própria e considera os critérios e o exercício de julgamento, descritos na Nota 4.1. A adoção de diferentes critérios e julgamentos poderia resultar em saldo de valor recuperável significativamente diferente.

Em razão da subjetividade na determinação do valor recuperável dos saldos das debêntures e da relevância no contexto das demonstrações financeiras do Fundo, a mensuração do valor recuperável desses investimentos foi considerada área de foco de auditoria.

Nossos procedimentos consideraram, entre outros, o entendimento do processo adotado pela administração para a mensuração do valor recuperável e divulgação desses investimentos do Fundo.

Realizamos o entendimento da metodologia e dos critérios utilizados pela administração para identificação da necessidade de reconhecimento de provisão para redução ao valor recuperável das debêntures. Analisamos a razoabilidade e a consistência da metodologia e principais critérios utilizados pela administração para determinação do valor recuperável das debêntures.

Adicionalmente, procedemos ao recálculo da provisão para redução ao valor recuperável das debêntures.

Nossos procedimentos de auditoria proporcionaram evidência apropriada e suficiente sobre a mensuração do valor recuperável desses investimentos do Fundo.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, apresentadas para fins de comparação, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria com data de 5 de agosto de 2020, com ressalvas quanto à: (a) mensuração do investimento em cotas do FIP Amazônia em 31 de dezembro de 2018,

Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do
Tempo de Serviço - FI-FGTS
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)

pelo valor de sua cota, que reflete a avaliação do investimento detido pelo FIP Amazônia com base no método de equivalência patrimonial naquela data, sendo o saldo desse investimento no Fundo, em 31 de dezembro de 2019, mensurado pelo seu valor justo e, dessa forma, não foi possível determinar a necessidade de ajuste sobre o resultado por ele gerado ao Fundo no exercício de 2019.

Adicionalmente, o relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019, do FIP Amazônia, possuía ressalva relativa às investigações e outras medidas legais em andamento conduzidas pelas autoridades públicas, relacionadas à companhia investida, sendo que não foi possível determinar os efeitos dos desdobramentos destas investigações sobre as demonstrações financeiras do FIP Amazônia em 31 de dezembro de 2019 e, conseqüentemente, sobre o saldo desse investimento do Fundo nessa data. Em relação ao relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020, do FIP Amazônia, o mesmo foi emitido em 30 de abril de 2021, sem ressalva e com ênfase sobre o mesmo assunto mencionado neste parágrafo; (b) certas premissas e metodologias utilizadas na mensuração da provisão para redução ao valor recuperável das debêntures em 31 de dezembro de 2018 não tinham sido evidenciadas suficientemente pela administração do Fundo e caso tivesse sido utilizadas premissas e metodologias de avaliação do valor recuperável que fossem passíveis de verificação, certos elementos das demonstrações financeiras do Fundo dessa data teriam sido afetados de forma relevante. Para 31 de dezembro de 2019, as premissas e metodologias utilizadas pela administração puderam ser verificadas, contudo, o resultado registrado na rubrica "provisão para redução ao valor recuperável - debêntures", no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, teria sido afetado de forma relevante. Esse assunto refere-se exclusivamente aos efeitos não quantificados do resultado de 2019; e (c) não terem obtido acesso às informações contábeis ou documentos da investida Cone S.A. que permitissem obter evidências de auditoria apropriadas e suficientes sobre o saldo do investimento em ações da Cone em 31 de dezembro de 2018, assim, não foi possível determinar se haveria necessidade de ajustes no saldo desse investimento nem sobre o resultado por ele gerado ao Fundo no exercício findo naquela data. Para 31 de dezembro de 2019, os auditores tiveram acesso às informações necessárias à mensuração nessa data, entretanto, não foi possível determinar se havia necessidade de ajustes sobre o resultado gerado por esse investimento no exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Esse assunto refere-se exclusivamente aos efeitos não quantificados do resultado de 2019.

Adicionalmente, o relatório dos auditores continha ênfases em relação à (i) incerteza relevante quanto à capacidade de continuidade operacional das companhias investidas Odebrecht TransPort S.A., Energimp S.A., MDCPAR S.A. e Hidrotérmica S.A., e do Yosemite Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia; e (ii) investigações em andamento e outros processos judiciais conduzidos pelo Ministério Público Federal nas companhias investidas J. Malucelli Energia S.A. e Hidrotérmica S.A.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração do Fundo é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis ao Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FI-FGTS, regulamentado pela Instrução CVM nº 462/07 e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Fundo continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras. A continuidade das operações de um fundo de investimento é, adicionalmente, dependente da prerrogativa dos cotistas em resgatar suas cotas nos termos do regulamento do Fundo.



Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do
Tempo de Serviço - FI-FGTS
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)

Os responsáveis pela governança do Fundo são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Fundo.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Fundo. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Fundo a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do
Tempo de Serviço - FI-FGTS
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria.

Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 20 de maio de 2021

A handwritten signature in blue ink that reads 'PricewaterhouseCoopers'.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

A handwritten signature in blue ink that reads 'Luís Carlos Matias Ramos'.

Luís Carlos Matias Ramos
Contador CRC 1SP171564/O-1

Demonstrativo da Composição e Diversificação da Carteira

Mês/Ano: 31 de dezembro de 2020

Nome do Fundo: Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FI - FGTS
Administradora: Caixa Econômica Federal

CNPJ: 09.234.078/0001-45
CNPJ: 00.360.305/0001-04

Aplicações - Especificações		Espécie/ Tipo	Quantidade	Em 31 de dezembro de 2020	% sobre o patrimônio líquido
Disponibilidades				1	-
Banco conta movimento				1	-
Aplicações interfinanceiras de liquidez				7.784.105	30,61
Notas do Tesouro Nacional - Série F			1.791.407	7.005.694	27,55
Letras do Tesouro Nacional			816.587	778.411	3,06
Debêntures não conversíveis em ações				7.672.550	30,15
Santo Antônio Energia S.A.			1.520.120	3.920.861	15,41
Provisão para redução ao valor recuperável - Santo Antônio Energia S.A.			-	(306.524)	(1,21)
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social			700.000	1.543.541	6,07
Porto do Açu Operações S.A.			750.000	1.812.052	7,12
Provisão para redução ao valor recuperável - Porto do Açu Operações S.A.			-	(314.837)	(1,24)
Teles Pires Participações S.A.			65.000	589.569	2,32
Ligth Serviços de Eletricidade S.A.			470	235.513	0,93
Odebrecht TransPort S.A.			7.950	133.180	0,52
Centrais Elétricas de Pernambuco - EPESA			171.000	44.162	0,17
Ligth Energia S.A.			30	15.033	0,06
Brasil Term Participações S.A.			1	938.035	3,69
Provisão para redução ao valor recuperável - Brasil Term Participações S.A.			-	(938.035)	(3,69)
TESC - Terminal Santa Catarina S.A.			88	158.325	0,62
Provisão para redução ao valor recuperável - TESC - Terminal Santa Catarina S.A.			-	(158.325)	(0,62)
Cotas de fundos de investimentos				1.733.206	6,82
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios IV Energisa Centro Oeste - SN2			699.9000000	701.476	2,76
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios IV Energisa Centro Oeste - SN1			641.2677015	644.339	2,53
Caixa Fundo de Investimento Participações Amazônia Energia			1.164.837.154.3529200	218.113	0,86
Yosemite Fundo de Investimento Participações Multiestratégia			329.848.6648400	232.908	0,92
Ajuste a valor justo - Yosemite Fundo de Investimento Participações Multiestratégia				(63.630)	(0,25)
Ações sem cotação em bolsa				5.958.675	23,43
BRK Ambiental Participações Saneamento S.A.		ON	793.889.719	2.691.570	10,58
VLI S.A.		ON	1.413.854.823	2.473.034	9,72
Cone S.A.		ON	35.099.302	325.277	1,28
Brado Logística e Participações S.A.		ON	2.962.963	212.175	0,83
Foz do Rio Claro Energia S.A.		PN	32.793.440	97.099	0,38
MDCPar S.A.		ON	3.842.337	55.353	0,22
Logbras Participações Desenvolvimento Logístico S.A.		ON	90.000.000	49.783	0,20
Ijuí Energia S.A.		PN	42.041.590	47.466	0,19
Hidrotérmica S.A.		ON	55.667.283	6.918	0,03
Odebrecht Transport S.A.		ON	64.400.045	-	-
Odebrecht Ambiental Participações S.A.		ON	510.551.593	-	-
Energimp S.A.		ON	460.437.026	-	-
OAS Óleo e Gás S.A.		PNB	2.063.983	-	-
OAS Óleo e Gás S.A.		PNA	1.786.061	-	-
OAS Óleo e Gás S.A.		ON	1.309.916	-	-
Ações com cotação em bolsa				952.559	3,74
Alupar Investimentos S.A.		Units	35.162.754	952.559	3,74
Ações preferenciais resgatáveis				102.872	0,40
Hidrotérmica S.A.			67.796.610	336.585	1,32
Provisão para redução ao valor recuperável - Hidrotérmica S.A.				(233.713)	(0,92)
Valores a receber				1.243.931	4,89
Valores a receber Energisa S.A. (nota explicativa nº 8 a)				764.645	3,01
Valores a receber J. Malucelli				168.523	0,66
Dividendos e bonificações a receber				310.763	1,22
Total do ativo				25.447.899	100,04
Valores a pagar				11.383	0,04
Taxa de administração				7.641	0,03
Auditoria e custódia				904	0,00
Renda fixa a liquidar				2.353	0,01
Corretagens e taxas				485	0,00
Patrimônio líquido				25.436.516	100,00
Total do passivo e patrimônio líquido				25.447.899	100,04

As notas explicativas da administradora são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações da Evolução do Patrimônio Líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

Nome do Fundo: Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FI - FGTS
Administradora: Caixa Econômica Federal

CNPJ: 09.234.078/0001-45
CNPJ: 00.360.305/0001-04

Valores em R\$ 1.000, exceto o valor unitário das cotas

	2020	2019
Patrimônio líquido no início do exercício		
Representado por 12.427.081.288,960490 cotas a R\$ 1,95684320 cada	24.317.850	-
Representado por 16.485.824.976,394 cotas a R\$ 1,943007 cada	-	32.032.073
Cotas resgatadas no exercício		
4.058.743.687,434 cotas	-	(4.247.790)
Variação no resgate de cotas no exercício	-	(4.008.886)
Patrimônio líquido antes do resultado	24.317.850	23.775.397
Resultado do exercício		
Receitas/Despesas Ativos Financeiros	1.577.229	(66.991)
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	179.540	442.563
Rendas de ativos financeiros - debêntures e cotas de fundos	836.749	1.045.032
Valorização/desvalorização de ativos financeiros	70.260	54.663
Constituição/(Reversão) de provisão para redução ao valor recuperável - debêntures	490.680	(1.609.249)
Resultado da avaliação dos investimentos em ações	(388.886)	857.238
Dividendos e juros sobre capital próprio	87.329	219.601
Resultado nas negociações	234.542	61.635
Valorização/desvalorização a valor justo	(477.044)	576.002
Provisão para redução ao valor recuperável	(233.713)	-
Outras receitas/despesas operacionais	23.796	-
Outras receitas operacionais	23.796	-
Despesas	(93.473)	(247.794)
Taxa de administração	(89.335)	(245.830)
Corretagens e taxas	(486)	-
Auditoria e custódia	(1.324)	(1.152)
Taxa de fiscalização CVM	(68)	(68)
Serviços técnicos especializados	(2.260)	(696)
Outras despesas administrativas	-	(48)
Total do resultado do exercício:	1.118.666	542.453
Patrimônio líquido no final do exercício		
Representado por 12.427.081.288,960490 cotas a R\$ 2,04686164 cada	25.436.516	-
Representado por 12.427.081.288,960490 cotas a R\$ 1,95684320 cada	-	24.317.850

As notas explicativas da administradora são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

Nome do Fundo: Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FI - FGTS	CNPJ: 09.234.078/0001-45	
Administradora: Caixa Econômica Federal	CNPJ: 00.360.305/0001-04	
	2020	2019
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Recebimento de Títulos de Renda Fixa - Compromissadas	179.540	442.563
Recebimento de Juros e principal de Renda Fixa - Debêntures	1.025.915	3.535.371
Resgate antecipado de títulos de Renda Fixa - Debêntures	474.721	-
Liquidação de títulos de Renda Fixa - Debêntures	87.920	-
Venda de ações sem cotação em bolsa	340.000	2.974.827
Compra de cotas de fundos de investimento	(474)	-
Venda de cotas de fundos de investimento	17	-
Recebimento de cotas de fundos de investimento	108.011	-
Pagamento de cotas de fundos de investimento	-	(203.165)
Dividendos e juros sobre capital próprio	33.777	173.931
Auditoria e custódia	(1.355)	(708)
Taxa de administração	(98.958)	(265.363)
Serviços técnicos especializados	(2.260)	(696)
Taxa de Fiscalização CVM	(68)	(68)
Outras despesas administrativas	-	(48)
Caixa Líquido das Atividades Operacionais	2.146.786	6.656.644
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		
Resgate de cotas	-	(8.256.676)
Caixa Líquido das Atividades de Financiamento	-	(8.256.676)
Variação no Caixa e Equivalentes de Caixa	2.146.786	(1.600.032)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início dos Exercícios	5.637.320	7.237.352
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final dos Exercícios	<u>7.784.106</u>	<u>5.637.320</u>

As notas explicativas da administradora são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas sobre as demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

1 Contexto operacional

O Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FI-FGTS (“FI-FGTS” ou “Fundo”), criado por autorização da Lei nº 11.491, de 20 de junho de 2007, iniciou suas atividades em 1º de julho de 2008, constituído nos termos disciplinados pela Instrução CVM nº 462, de 26 de novembro de 2007, e por resoluções do Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (“CCFGTS”) sob a forma de condomínio aberto, com prazo indeterminado de duração.

O Fundo destina-se a receber aplicações de recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, quando autorizado pelo CCFGTS, e do Fundo de Investimento em Cotas do FI-FGTS e tem por objetivo proporcionar a valorização das cotas por meio da aplicação de seus recursos na construção, reforma, ampliação ou implantação de empreendimentos de infraestrutura em rodovias, portos, hidrovias, ferrovias, energia, saneamento e aeroporto, por meio das seguintes modalidades de ativos financeiros e/ou participações: instrumentos de participação societária, debêntures, notas promissórias e outros instrumentos de dívida corporativa, cotas de fundo de investimento imobiliário, cotas de fundo de investimento em direitos creditórios, cotas de fundo de investimento em participação, certificados de recebíveis imobiliários, contratos derivativos e títulos públicos federais.

O Fundo pode atuar no mercado de derivativos, com a finalidade de proteção dos demais ativos integrantes da carteira. O Fundo não realizou operações com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019.

Os ativos que compõem a carteira do Fundo estão expostos aos riscos inerentes aos mercados, setores e empresas a que estiverem investidos, bem como aos fatores econômicos, conjunturais e de mercado que influenciam suas atividades e performance.

Nos termos do art. 7º, inciso IX, da Lei nº 8.036, de 1990, será garantida, pela Caixa Econômica Federal, aos recursos alocados ao Fundo, em cotas de titularidade do FGTS, a remuneração aplicável às contas vinculadas, na forma do Art. 13º da Lei nº 8.036, de 1990, que será apurada no momento de resgate total de cotas ou na liquidação do Fundo, de que tratam os Capítulos IV e XI do Regulamento do FI-FGTS (“Regulamento”).

Os investimentos em cotas de fundos não são garantidos pela Administradora, por qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, pelo Fundo Garantidor de Créditos - FGC.

A gestão da carteira do Fundo é realizada pela Caixa Econômica Federal (“CAIXA” ou “Administradora”).

2 Elaboração das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis ao Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, complementadas pelas normas previstas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), especificamente a Instrução CVM nº 462 de 26 de novembro de 2007, e pela Lei nº 11.491 de 20 de junho de 2007.

Na elaboração dessas demonstrações financeiras foram utilizadas premissas e estimativas para a contabilização e determinação dos valores dos ativos e instrumentos financeiros integrantes da carteira do Fundo. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos e instrumentos financeiros, os resultados auferidos poderão vir a ser diferentes dos estimados.

3 Descrição das principais práticas contábeis

Entre as principais práticas contábeis adotadas destacam-se:

a. Apuração do resultado

A Administradora adota o regime de competência para o registro das receitas e despesas.

b. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são ativos mantidos para o propósito de pagamento de obrigações de curto prazo e não para fins de investimento ou outros propósitos.

Para que um investimento seja qualificado como equivalentes de caixa ele deve ser prontamente conversível em um valor conhecido de caixa, ou seja, ser de alta liquidez, e sujeito a um baixo risco (que seja insignificante) de variação no valor justo de mercado. Considerando a natureza dos instrumentos mantidos pelo Fundo não existem diferenças significativas entre o seu valor contábil e o valor de mercado, calculado com base na taxa de juros até a data do balanço.

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em espécie, contas bancárias, depósitos à vista e as aplicações financeiras compromissadas.

c. Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez referem-se à compra de títulos com o compromisso de revenda em data futura com rentabilidade ou parâmetro de remuneração estabelecido na data da contratação, ou seja, são aplicações financeiras, com lastro em títulos públicos federais, sendo realizados sempre com instituições financeiras do mercado.

As operações compromissadas são registradas pelo valor efetivamente pago e atualizadas diariamente pelo rendimento auferido com base na taxa de remuneração.

d. Títulos e valores mobiliários

d.1 Cotas de fundos de investimento

Os investimentos em cotas de fundos de investimento são avaliados pelo valor da cota de fechamento divulgado pela Administradora dos respectivos fundos, desde que substancialmente represente o valor justo, e caso contrário, são ajustadas para refletir tal valor justo.

d.2 Debêntures não conversíveis em ações

Debêntures não conversíveis serão avaliadas pelo valor de seu principal acrescido da remuneração decorrida *pro rata temporis*, de acordo com as respectivas escrituras de emissão.

O Fundo foi constituído sob forma de condomínio aberto e tem o objetivo de investir em infraestrutura e conferir a seus investidores e investidores um retorno financeiro de acordo com a sua política de investimentos, tais como estruturas customizadas às necessidades dos projetos de infraestrutura e a iliquidez nos mercados em que tais títulos são negociados. Essa particularidade, somada à (i) necessidade de seus ativos refletirem a precificação e as condições descritas nos instrumentos das operações; e (ii) atender prontamente as deliberações de seu Comitê de Investimento, as resoluções emanadas do CCFGTS e o Regulamento do Fundo, faz com que as debêntures não conversíveis em ações sejam classificadas na categoria “Títulos para negociação”, sendo seu valor de mercado, consideradas as garantias dadas, equivalente, ao valor contábil.

d.3 Ações com cotação em Bolsa de Valores

As ações de companhias abertas são avaliadas com base na última cotação de fechamento divulgada pela Bolsa de Valores.

d.4 Ações sem cotação em Bolsa de Valores

As ações sem cotação em bolsas de valores ou mercado de balcão organizado são avaliadas pelo seu valor justo, determinado por meio de laudo de avaliação elaborado por empresa independente.

d.5 Ações preferenciais resgatáveis

As ações preferenciais resgatáveis emitidas pela Hidrotérmica S.A. são avaliadas ao longo de sua existência pelo valor de seu principal atualizado pela variação acumulada do IPCA, desde a data de subscrição das ações até a data de cada pagamento de dividendos, e ajustados, caso aplicável, por redução ao valor recuperável (vide nota explicativa nº 3.d.6). As ações terão direito a dividendos mínimos cumulativos de 7% ao ano, *pro rata temporis*, sobre o valor do principal.

d.6 Provisão para redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Os valores contábeis dos ativos financeiros são revisados a cada data de balanço para avaliar se há necessidade de reconhecimento de provisão para redução ao valor recuperável dos investimentos que não sejam contabilizados a valor justo. Caso exista a referida indicação, estima-se o valor a recuperar do ativo e se reconhece a provisão para redução ao valor recuperável, caso o valor contábil seja superior ao seu valor recuperável. Caso os aspectos que determinaram o reconhecimento de provisão para redução ao valor recuperável do ativo em períodos anteriores não mais se façam presentes, é feita a reversão da referida provisão, até o limite do saldo da mesma. Essa revisão é efetuada, no mínimo, uma vez ao ano e os acréscimos/decrécimos são reconhecidos no resultado do exercício.

e. Valores a receber

Os ativos registrados na rubrica “Valores a Receber” estão avaliados pelo valor estimado de realização.

4 Debêntures não conversíveis em ações

Os investimentos em debêntures estão apresentados em 31 de dezembro de 2020 conforme quadro abaixo:

Emissora		Valor em 31/12/2020	Valor em 31/12/2019	Valor da emissão	Data de integralização	Remuneração	Data final de vencimento
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	(a)	1.543.541	2.054.146	7.000.000	29/12/2008	6,00% + TR	15/10/2029
Santo Antônio Energia S.A.	(b)	2.001.332	1.802.257	770.448	25/10/2012	6,50% + IPCA	01/11/2036
	(b)	1.919.529	1.728.591	809.346	28/06/2013	6,50% + IPCA	01/08/2037
(-) Provisão para redução ao valor recuperável		(306.524)	(787.053)	-	-		-
Porto do Açu Operações S.A.	(c)	1.812.052	1.702.668	750.000	15/09/2012	6,79% + IPCA	15/08/2033
(-) Provisão para redução ao valor recuperável		(314.837)	(420.036)				

Teles Pires Participações S.A.	(d)	589.569	642.005	650.000	30/05/2012	0,70% + CDI	30/05/2032
Novadutra - Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.	(e)	-	172.674	610.000	10/04/2015	6,40 % + IPCA-	15/08/2020
Brasilterm Participações S.A. (-) Provisão para redução ao valor recuperável	(f)	938.035 (938.035)	855.754 (855.754)	400.312	07/04/2014	10,29% + IPCA	07/12/2024
Light Energia S.A.	(g)	15.033	17.573	30.000	10/09/2012	1,18% + CDI	04/06/2026
Light Serviços de Eletricidade S.A.	(h)	235.513	275.305	470.000	10/09/2012	1,18% + CDI	04/06/2026
Via Rondon Concessionária de Rodovia S.A.	(i)	-	466.678	300.000	04/06/2012	7,92% + IPCA-	04/06/2027
Centrais Elétricas de Pernambuco S.A. - EPESA	(j)	44.162	57.411	171.000	03/04/2009	10,00% + TR	03/04/2024
TESC - Terminal Santa Catarina S.A. (-) Provisão para redução ao valor recuperável	(k)	158.325 (158.325)	145.558 (145.558)	88.000	18/12/2009	11,00 + TR%	18/12/2029
Odebrecht TransPort S.A.	(l)	133.180	130.496	75.702	14/11/2013	7,32% + IPCA	15/10/2025
TOTAL		7.672.550	7.842.715				

As debêntures contam com garantias nos termos das correspondentes escrituras particulares de emissão de debêntures, representadas, principalmente, por fianças prestadas, alienação, cessão e garantias fiduciárias, penhor de direitos e hipotecas de imóvel.

a. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – (“BNDES”)

O BNDES é uma empresa pública federal controlada integralmente pela União Federal e supervisionada pelo Ministério da Economia. Devido ao seu *status* de empresa pública federal, integra a administração indireta do Governo Brasileiro, e, portanto, segue as principais normas aplicáveis à administração pública brasileira. No entanto, por ser dotada de personalidade jurídica de direito privado, sujeita-se às regras aplicáveis às empresas privadas no que se refere à obrigações cíveis, comerciais, tributárias e trabalhistas definidas pela Constituição Federal. Como instituição financeira, sujeita-se às regras definidas pelo Conselho Monetário Nacional - CMN - e pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

O Sistema BNDES, composto pelo BNDES e suas subsidiárias, é o principal instrumento do Governo Federal para os financiamentos de longo prazo, com ênfase no estímulo à iniciativa privada.

A finalidade dos recursos obtidos pelo emissor é para aplicação integral em projetos dos setores de energia, rodovia, hidrovia, porto e saneamento, atendendo ao disposto na Lei 11.491/2007.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e suas controladas, referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2020, foram auditadas por auditores independentes, que emitiram em 10 de março de 2021, opinião de que as demonstrações financeiras apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, do BNDES em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e também emitiram relatório sobre as demonstrações financeiras preparadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards – IFRS”), emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”).

b. Santo Antônio Energia S.A.

A Santo Antônio Energia S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 17 de janeiro de 2008 e tem por objetivo o desenvolvimento do projeto de implementação da Usina Hidrelétrica Santo Antônio e seu sistema de transmissão, em trecho do Rio Madeira, município de Porto Velho, Estado de Rondônia, assim como a condução de todas as atividades necessárias à construção, operação e exploração da referida hidrelétrica e seus sistemas de transmissão associado. Os recursos captados com essa emissão foram destinados pela emissora para as despesas do CAPEX da UHE Santo Antônio e da linha de transmissão de interesse restrito.

A companhia concluiu em 14 de dezembro de 2018 as assinaturas dos instrumentos contratuais relativos ao reperfilamento da sua dívida junto ao BNDES FINEM (direto original/suplementar e indireto original/suplementar). Essa renegociação teve como principais alterações: (i) extensão do prazo da dívida de 2034 para 2040, (ii) aumento do prazo de carência do principal que passará a ser amortizado a partir de janeiro de 2025, (iii) pagamento gradual de juros, e (iv) mudança dos indexadores da dívida de TJLP para TLP (IPCA + 2,98% a.a.), na qual BNDES Direto passou de TJLP + 2,40% a.a. para TLP + 3,9% a.a. e BNDES Indireto passou de TJLP + 3,3% a.a. para TLP 4,7% a.a.

As demonstrações financeiras da Santo Antônio Energia S.A. referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foram auditadas por auditores independentes que emitiram, em 22 de fevereiro de 2021, opinião de que as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da companhia em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards – IFRS”) emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”).

O relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras da Santo Antônio Energia S.A. contém um parágrafo de ênfase relativo às investigações independentes conduzidas pela administração sobre o suposto envolvimento de empresas que prestaram serviços à companhia com alegações de possíveis atividades ilícitas, incluindo empresas pertencentes aos grupos econômicos de acionistas que eram membros do Consórcio Construtor Santo Antônio, no contexto da Operação Lava Jato. A investigação, finalizada em fevereiro de 2019, concluiu que, salvo novos desdobramentos em decorrência de investigações e correspondentes medidas legais ainda não concluídas, não existem evidências objetivas que corroborem as alegações feitas.

Em 31 de dezembro de 2020, a provisão para perdas monta a R\$ 306.524 (R\$ 787.053 em 2019), considerando a avaliação de risco realizada pela Administradora.

c. Porto do Açú Operações S.A.

A Porto do Açú Operações S.A., subsidiária integral da Prumo Logística S.A., foi constituída em 11 de abril de 2007 com o objetivo de desenvolver e operar atividades de logística e infraestrutura integradas principalmente no setor portuário.

A partir de 14 de outubro de 2013 o Grupo EIG assumiu o controle da Prumo Logística S/A.

Os recursos captados por meio da emissão de debêntures foram utilizados para o desenvolvimento do projeto de construção e implantação do terminal portuário denominado “T-2”, bem como sua retroárea, localizado no município de São João da Barra, Estado do Rio de Janeiro.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Porto do Açú Operações S.A., identificadas como controladora e consolidado, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foram auditadas por auditores independentes que emitiram, em 12 de março de 2021, opinião de que as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada da companhia em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, individuais e consolidados, para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards – IFRS”) emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”).

Em 31 de dezembro de 2020, a provisão para perdas monta a R\$ 314.837 (R\$ 420.036 em 2019), considerando a avaliação de risco realizada pela Administradora.

d. Teles Pires Participações S.A.

A Teles Pires Participações S.A. é uma sociedade anônima constituída em 18 de novembro de 2011, com sede na cidade do Rio de Janeiro. A companhia foi criada com um propósito específico de participar, estudar, planejar, investir e operar, direta ou indiretamente, na implantação do projeto, construção, operação e gestão da usina hidrelétrica de Teles Pires.

A usina localizada no rio Teles Pires entre os estados do Pará e Mato Grosso tem potência instalada de 1.820 MW, energia assegurada de 930,7 MW médios e é composta por 5 turbinas Francis Eixo Vertical de 364 MW médios.

Os recursos captados com essa emissão foram destinados para custear os investimentos na construção da Usina Hidrelétrica Teles Pires, conforme o Plano de Negócios da emissora para o projeto.

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, da Teles Pires Participações S.A., identificadas como controladora e consolidado, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foram auditadas por auditores independentes que emitiram em 9 de fevereiro de 2021 opinião de que as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada da companhia em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

e. Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.

Em 10 de abril de 2015 o Fundo subscreveu e integralizou 10 debêntures da quarta emissão de colocação privada de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie com

garantia real da Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A. (“NovaDutra - Concessionária da Rodovia”), ao valor unitário de R\$ 61 (sessenta e um mil reais), totalizando o valor de R\$ 610.000 (seiscentos e dez milhões de reais).

A Novadutra - Concessionária da Rodovia é uma sociedade anônima com sede e foro na Cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo. A companhia tem por objetivo exclusivo realizar, sob o regime de concessão, a exploração da Rodovia BR - 116/RJ/SP, trecho Rio de Janeiro - São Paulo (Rodovia Presidente Dutra) e respectivos acessos, incluindo a operação da rodovia com cobrança de pedágio, exploração do espaço aéreo para fins de publicidade, recuperação, monitoração, melhoramento, manutenção e conservação da rodovia.

Os recursos captados por essa emissão foram destinados para a implementação dos projetos descritos no plano de investimentos da Emissora que contempla a modernização e ampliação da capacidade da Rodovia Presidente Dutra.

Em 17 de agosto de 2020 ocorreu a liquidação antecipada das debêntures, de forma que o FI-FGTS recebeu o valor total de R\$ 87.920.

f. Brasilterm Participações S.A.

A Brasilterm Participações S.A. é uma sociedade anônima, com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo. O objeto social da companhia é a participação, como quotista ou acionista, em outras sociedades, empresárias ou não empresárias, no Brasil ou no exterior, principalmente no setor de energia.

A Brasilterm Participações S.A. emitiu em 07 de abril de 2014 debêntures no valor de R\$ 400.312, correspondente ao saldo devedor atualizado das debêntures da Cibe Energia e Participações S.A. na mesma data. O prazo de vencimento desta nova emissão é de 11 anos, remunerada mensalmente pela variação do IPCA mais 10% a.a., e com amortização do principal e o pagamento de juros mensais a partir de 2015.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Brasilterm Participações S.A., identificadas como controladora e consolidado, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foram auditadas por auditores independentes que emitiram em 8 de março de 2021 opinião de que as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada da companhia em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil

O relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras da Brasilterm Participações S.A. contém parágrafos de ênfase com relação a: (i) ao processo de investigação em andamento conduzido pelas autoridades públicas, no contexto da Operação Greenfield, (ii) existência de transações com partes relacionadas, principalmente transações financeiras decorrentes de contratos de mútuo e utilização compartilhada de estrutura e profissionais da área administrativa. Essas transações, foram contratadas em condições definidas entre as partes e caso fossem realizadas em condições normais de mercado poderiam gerar resultados diferentes dos que estão apresentados nas demonstrações financeiras da Brasilterm Participações S.A.

Adicionalmente, o relatório contém um parágrafo de incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional em função dos prejuízos recorrentes, excesso de passivo circulante sobre ativo circulante, apresentação de patrimônio líquido negativo e alto índice de alavancagem financeira em relação ao capital total da companhia. A companhia está implementando ações para reestabelecer o equilíbrio econômico-financeiro e a sua posição patrimonial e de suas controladas, principalmente

através de reestruturação e renegociação de suas dívidas. Caso, eventualmente, não se confirmem, juntamente com o fato de apresentar o descumprimento de cláusulas restritivas (*covenants*) em contratos de empréstimos, permitem às contrapartes declararem vencimento antecipado de passivos, indicando existência relevante quanto à capacidade de continuidade operacional da Brasilterm Participações S.A.

Em 31 de dezembro de 2020, a provisão para perdas monta a R\$ 938.035 (R\$ 855.754 em 2019), considerando a avaliação de risco realizada pela Administradora. Esse valor corresponde a totalidade do saldo do investimento.

g. Light Energia S.A.

A Light Energia S.A. (“Light Energia”) é uma sociedade por ações de capital aberto, subsidiária da Light S.A., com sede na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, e tem como seu objeto social: (a) estudar, planejar, projetar, construir, operar e explorar sistemas de geração, transmissão e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe tenham sido ou venham a ser concedidos ou autorizados, por qualquer título de direito, ou a empresas das quais mantenha ou venha a manter o controle acionário; (b) desenvolver atividades nos diferentes campos de energia, em quaisquer de suas fontes, com vista à exploração econômica e comercial; (c) prestar serviços técnicos de operação, manutenção e planejamento de instalações elétricas de terceiros; (d) ceder onerosamente faixas de servidão de linhas aéreas e áreas de terras exploráveis de usinas e reservatórios, desde que sejam contabilizadas em separado e que a cessão seja previamente aprovada pela autoridade que outorgue concessão, autorização ou permissão para a companhia realizar quaisquer das atividades previstas em seu objeto social; (e) exercer atividades direta ou indiretamente relacionadas ao seu objeto; e (f) participar em outras sociedades como sócia, acionista ou quotista.

A Light Energia compreende as usinas de Pereira Passos, Nilo Peçanha, Ilha dos Pombos, Santa Branca e Fontes Novas, com potência instalada total de 855 MW. O prazo de concessão da companhia é de 30 anos, com vencimento previsto para junho de 2026.

Em 27 de novembro de 2018 houve a alteração do Bloco de Controle da Fiadora (“Light S.A.) da 3ª emissão de debêntures da Light Energia e pulverização do capital social da Fiadora, em virtude da aquisição pela Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG (“CEMIG”) da totalidade das ações ordinárias de emissão da RME - Rio Minas Energia Participações S.A. (“RME”), detidas pelo BB - Banco de Investimento S.A., pela BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento e pelo Banco Santander Brasil S.A.

A Light Energia S.A. tem como controladora a Light S.A., que por sua vez tem como grupo controlador a CEMIG, Luce Empreendimentos e Participações S.A. (“LEPSA”) e Rio Minas Participações (“RME”). A LEPSA e a RME são subsidiárias integrais da CEMIG.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Light Energia S.A., referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foram auditadas por auditores independentes que emitiram em 18 de março de 2021 opinião de que as demonstrações financeiras apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada da companhia em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards – IFRS”) emitido pela International Accounting Standards Board (“IASB”).

h. Light Serviços de Eletricidade S.A.

A Light Serviços de Eletricidade S.A. é uma sociedade por ações de capital aberto e tem como controladora a Light S.A. A companhia tem sede na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro

e tem seu objeto social a distribuição de energia elétrica, por meio de concessão pública iniciada em julho de 1996 com vencimento previsto para julho de 2026.

Sua área de concessão abrange 31 municípios do Estado do Rio de Janeiro, incluindo a capital, atendendo a cerca de 4,6 milhões de unidades consumidoras faturadas, correspondentes a uma população de cerca de 10 milhões de pessoas. A energia elétrica requerida para atendimento a seu mercado é adquirida da Eletrobrás (Itaipu Binacional), em Leilões de Energia Existente, da UTE Norte Fluminense, do PROINFA e da CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica.

Os recursos captados por essa emissão foram destinados ao financiamento de projetos do plano de negócios da emissora.

Em 27 de novembro de 2018 houve a alteração do Bloco de Controle da Fiadora (“Light S.A.) da 8ª emissão de debêntures da Light Energia e pulverização do capital social da Fiadora, em virtude da aquisição pela Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG (“CEMIG”) da totalidade das ações ordinárias de emissão da RME - Rio Minas Energia Participações S.A. (“RME”), detidas pelo BB - Banco de Investimento S.A., pela BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento e pelo Banco Santander Brasil S.A.

Em 31 de dezembro de 2020, a Light Serviços de Eletricidade S.A., tem como controlador a Light S.A., que por sua vez tem como grupo controlador a Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG (“CEMIG”), Luce Empreendimentos e Participações S.A. (“LEPSA”) e Rio Minas Energia Participações S.A. (“RME”). A LEPSA e a RME são subsidiárias integrais da CEMIG.

As demonstrações financeiras da Light Serviços de Eletricidade S.A., referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foram auditadas por auditores independentes, que emitiram em 18 de março de 2021, opinião de que as demonstrações financeiras apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da companhia em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards – IFRS”) emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”).

i. Via Rondon Concessionária de Rodovia S.A.

A ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A. é uma sociedade por ações de capital aberto, com sede na cidade de Lins, estado de São Paulo, que iniciou suas atividades em 06 de maio de 2009. O objeto social da companhia é a exploração do sistema rodoviário do Corredor Marechal Rondon Oeste (SP-300), de acordo com os termos de concessão outorgados pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo, trecho este concedido por meio da concorrência pública internacional (Edital nº 006/08), que se inicia entre o km 336 e o km 500, entroncamento com a SP-225, na cidade de Bauru e finaliza-se no km 667 e 630, na cidade de Castilho, ambas as cidades no Estado de São Paulo.

A concessão possui um prazo de 30 anos e tem como objeto a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, apoio na execução dos serviços não delegados e gestão de serviços complementares. É explorada em regime de cobrança de pedágio e de outros serviços prestados aos usuários. A prorrogação do prazo da concessão somente será admitida para recompor o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Os recursos captados por essa emissão foram utilizados para investimento em infraestrutura, em projetos integrantes do plano de investimentos relativo ao Corredor Rodoviário Marechal Rondon Oeste, constituído pela Rodovia SP-300 e acessos, assim como aos demais projetos que sejam aprovados nos termos da escritura.

Essas debêntures foram integralmente liquidadas em 28 de fevereiro de 2020, pelo valor de R\$ 474.721.

j. Centrais Elétricas de Pernambuco S.A. - EPESA

A Centrais Elétricas de Pernambuco S.A. - EPESA é uma sociedade anônima de capital fechado com sede em Recife, estado de Pernambuco, constituída em 1º de março de 2004 com o objetivo de produzir potência sob a forma de energia elétrica e térmica, bem como realizar a sua comercialização e atividades correlatas. A companhia opera com duas usinas termelétricas, UTE Pau Ferro I e UTE Termomanaus, ambas localizada no município de Igarassu, no estado de Pernambuco.

Os recursos obtidos por meio dessa Emissão foram destinados exclusivamente para o desenvolvimento parcial da construção das Usinas Termoelétricas Termomanaus e Pau Ferro I, localizadas no município de Igarassu, no Estado de Pernambuco.

Em 17 de dezembro de 2018, por meio de Assembleia Geral de Debenturistas da 1ª emissão de Debêntures da EPESA, foi deliberado o ingresso de novos sócios, passando o quadro acionário a ser em 31 de dezembro de 2018 por: (i) Eletricidade do Brasil S.A. – EBRASIL (83,60%); (ii) JRLC Participações Ltda. (5,70%); (iii) WVMC Participações Ltda. (5,70%); (iv) OZ&M Incorporação, Participação Ltda. (5,00%).

As demonstrações financeiras da Centrais Elétricas de Pernambuco S.A., referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foram auditadas por auditores independentes, que emitiram, em 26 de fevereiro de 2021, opinião com ressalva sobre a não mensuração a valor justo de valores apresentados na rubrica “Impostos a recuperar” bem como pelo reconhecimento integral, no exercício de 2020, da baixa deste ativo sem mensurá-lo a valor justo e sem avaliar se parte deste ajuste se referia a exercícios anteriores, o que ensejaria a retificação dos respectivos valores correspondentes.

k. TESC - Terminal Santa Catarina S.A.

A TESC - Terminal Santa Catarina S.A. tem sede no município de São Francisco do Sul - SC, litoral Norte de Santa Catarina, e foi constituída em 1º de março de 1996, com prazo de duração indeterminado. Possui contrato de concessão de área no Porto Organizado firmado em 16 de maio de 1996, com prazo de 25 anos, com cláusula de renovação não automática por igual período.

A companhia tem como objeto social a construção, reforma, ampliação, melhoria, exploração, arrendamento mercantil e administração de instalações e terminais portuários, nos termos da Lei nº 12.815, de 5 de junho de 2013; a atuação como operador portuário, exercendo as atribuições previstas no Capítulo V da mesma lei e quaisquer outras atinentes ou correspondentes a todas as atividades acima citadas, inclusive a atividade estivadora; o agenciamento de navios, o agenciamento de fretes marítimos e de seguros; o engajamento de cargas e demais serviços correlatos às atividades de agência marítima e navegação, podendo, ainda, participar em outras empresas ou empreendimentos, como acionista ou cotista.

Os recursos captados por essa emissão foram destinados para investimentos em obras civis e arrendamento para a expansão do Terminal de Santa Catarina.

As demonstrações contábeis da TESC, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, não haviam sido finalizadas até a data de aprovação das demonstrações contábeis do FI-FGTS pela Administração.

Em 31 de dezembro de 2020, a provisão para perdas monta a R\$ 158.325 (R\$ 145.558 em 2019), considerando a avaliação de risco realizada pela Administradora. Esse valor corresponde a totalidade do saldo do investimento.

I. Odebrecht TransPort S.A.

A Odebrecht TransPort S.A. (“OTP”) tem como objeto social a participação em consórcios ou no capital de sociedades que se proponham a desenvolver projetos, investir ou de fato operar ativos relacionados ao setor de infraestrutura de transporte e logística, incluindo rodovias, ferrovias, hidrovias, metrô, dutos, aeroportos, infraestrutura urbana, mobiliário urbano, estacionamentos de veículos, meios de pagamentos, estações aduaneiras interior, portos secos e/ou logísticos industriais aduaneiros; a operação de quaisquer desses ativos de infraestrutura, celebrando contratos de concessão de serviços públicos, projetos de parcerias público privadas ou empreendimentos privados, atuando na cobrança dos serviços prestados, implantação, estudos ambientais ou outros, operação e manutenção do empreendimento, concessão ou parceria, podendo prestar serviços de consultoria, gestão e/ou supervisão no âmbito de tais atividades; e participar de consórcios ou de atividades que explorem, direta ou indiretamente, quaisquer das atividades descritas acima.

A companhia é parte integrante da Organização Odebrecht, sendo controlada pela Odebrecht S.A.

Os recursos captados por essa emissão foram destinados exclusivamente para uso da Concessionária Rota das Bandeiras para ampliações e melhoramentos no Sistema Rodoviário Corredor D Pedro I, incluindo obras de pavimentação, de maneira que o fluxo de pagamentos e as garantias da emissão são vinculados à referida concessionária.

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da OTP referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram auditadas por auditores independentes, que emitiram, em 12 de março de 2021, opinião de que demonstrações contábeis individuais e consolidadas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da companhia em 31 de dezembro de 2020, o desempenho, individual e consolidado, de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, individual e consolidado, para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Os auditores incluíram um parágrafo de incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional para informar que a companhia apresenta prejuízos líquidos recorrentes e geração de caixa negativo e, em 31 de dezembro de 2020, o passivo circulante individual e consolidado excedia o total do ativo circulante individual e consolidado. A companhia apresenta alto índice de alavancagem financeira, 95% do capital total. A administração está implementando ações para reestabelecer o equilíbrio econômico-financeiro e a posição patrimonial da companhia, por meio da reestruturação da dívida corporativa e de suas investidas e de um programa de desmobilização que considera a venda integral ou parcial de determinados ativos, entre outras ações operacionais e financeiras. Finalizando a observação, os auditores concluem que, a eventual não confirmação dessas ações, juntamente com outros assuntos descritos na nota explicativa no. 1 das demonstrações contábeis da companhia, indicam a existência de incerteza relevante que pode gerar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da companhia e das suas controladas.

4.1 Teste de valor recuperável

A Administradora realiza, anualmente, teste de valor recuperável das debêntures detidas pelo FI-FGTS, que tem como principais etapas: i) atribuição de classificação de risco de crédito às debêntures integrantes da carteira do FI-FGTS; ii) identificação das debêntures elegíveis à apuração de provisão para redução ao valor recuperável, conforme a classificação de risco de crédito obtida, e identificação do valor de exposição (EAD); iii) atribuição de probabilidade de *default* (PD); iv) estimativa do percentual de perda em caso de *default* (LGD), considerando as garantias da operação; e, v) cálculo da perda estimada a ser contabilizada para redução do saldo do ativo ao valor recuperável.

Com base nos critérios estabelecidos pela Administradora, foram contabilizadas provisões para redução ao valor recuperável para as debêntures de emissão das companhias indicadas no quadro abaixo:

Emissor	2020			2019		
	Valor do ativo na carteira (31/12/2020)	Provisão	Provisão (%)	Valor do ativo na carteira (31/12/2019)	Provisão	Provisão (%)
Brasil Term Participações S.A	938.035	938.035	100,0%	855.754	855.754	100,0%
Porto do Açú Operações S.A.	1.812.052	314.837	17,4%	1.702.668	420.036	24,7%
Santo Antônio Energia S.A.	3.920.861	306.524	7,8%	3.530.848	787.053	22,3%
TESC - Terminal Santa Catarina S.A.	158.325	158.325	100,0%	145.558	145.558	100,0%

5 Fundos Investidos

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, o Fundo possui o montante de R\$ 1.733.206 (R\$ 1.843.467 em 2019) do seu patrimônio líquido investido em cotas de Fundos de Investimento, os quais estão representados conforme segue:

	2020	2019
Caixa Fundo de Investimento Participações Multiestratégia Amazônia Energia (i)	218.113	224.627
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios IV Energisa Centro Oeste (ii)	1.345.815	1.347.160
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Energisa 2008 (iv)	-	38.622
Yosemite FIP Multiestratégia (v)	<u>169.278</u>	<u>233.058</u>
Total	<u>1.733.206</u>	<u>1.843.467</u>

(i) Caixa Fundo de Investimento Participações Multiestratégia Amazônia Energia

O Caixa Fundo de Investimento Participações Multiestratégia Amazônia Energia (“FIP Amazônia”) iniciou suas atividades em 13 de novembro de 2008 sob forma de condomínio fechado, com prazo de duração de 35 anos, contados da data da integralização das cotas constitutivas do patrimônio inicial mínimo, prorrogáveis por períodos sucessíveis antes da data do término do prazo de duração do FIP Amazônia.

O FIP Amazônia possui, aproximadamente, 20% de participação no capital social da Madeira Energia S.A. - MESA (“companhia investida” ou “MESA”), a qual está avaliada pelo método de equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras do FIP Amazônia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram auditadas por auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria em 30 de abril de 2021 sem modificação e com parágrafo de ênfase quanto ao suposto envolvimento de empresas que prestaram serviços à Madeira Energia S.A. em investigações ligadas à Operação Lava Jato, conforme relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras da MESA emitido em 22 de fevereiro de 2021.

A MESA foi avaliada por meio de emissão de laudo de avaliação para fins de impairment, elaborado por avaliador independente, Grant Thornton Corporate Consultores de Negócios Ltda.

Abaixo, segue descrição das principais premissas utilizadas pelo avaliador:

Critérios gerais

Data-base: 30 de novembro de 2020;

Objetivo: teste de redução ao valor recuperável do ativo imobilizado teste de impairment, da Madeira Energia S.A.;

Metodologia: Abordagem da Renda – Método Fluxo de Caixa Descontado;

Padrão de valor: Valor de investimento;

Moeda: Reais correntes (não considera inflação);

Período histórico: janeiro de 2017 a novembro de 2020;

Período explícito de projeção: dezembro de 2020 a setembro de 2044;

WACC: de 6,4% a 9,7%.

Fontes de informação

- Informações contábeis e gerenciais fornecidas pela Administração de 31 de dezembro de 2017 e 30 de novembro de 2020, projeções operacionais e financeiras de 2020-2044, material institucional e do segmento de atuação das empresas;
- Banco Central do Brasil – www.bcb.gov.br;
- Base de dados do professor Aswath Damodaran – www.damodaran.com (Stern School of Business at New York University);
- Base de dados do FMI www.imf.org;
- Base de dados do Capital IQ.

Com base nos critérios, premissas e método do Fluxo de Caixa Descontado, o valor em uso do ativo imobilizado da Madeira Energia S.A., na data base de 30 de novembro de 2020, é de R\$ 20.556 milhões. O valor contábil do imobilizado líquido e intangíveis, informado pela Administração é de R\$ 19.086 milhões. Desta forma, como o valor em uso é superior ao valor contábil, não há indicativo de desvalorização para o FIP Amazônia e o valor justo deste investimento equivale ao valor do investimento apurado por meio da cota divulgada pela Administradora do FIP Amazônia.

(ii) Fundo de Investimento em Direitos Creditórios NP IV Energisa Centro Oeste

O Fundo de Investimento em Direitos Creditórios NP IV Energisa Centro Oeste (“FIDC NP IV Energisa”) foi constituído sob forma de condomínio fechado, com prazo de duração determinado de vinte anos. Iniciou suas atividades em 30 de setembro de 2014 e destina-se a investidores profissionais.

O FIDC NP IV Energisa investe aproximadamente 94% do seu patrimônio em Direitos Creditórios referente a faturas de energia elétrica.

As demonstrações contábeis do FIDC NP IV Energisa relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram auditadas por auditores independentes que emitiram opinião, em 31 de março de 2021, de que as demonstrações contábeis apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da companhia em 31 de dezembro de 2020, o desempenho, individual e consolidado, de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, individual e consolidado, para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

(iii) Fundo de Investimento em Participações Sondas - Multiestratégia

O Fundo de Investimento em Participações Sondas - Multiestratégia (“FIP Sondas”) foi constituído em 7 de agosto de 2010 sob forma de condomínio fechado, destinado exclusivamente a investidores qualificados. As operações do Fundo foram iniciadas em 31 de março de 2011 e o prazo de duração é de 20 anos, contados a partir da data da primeira integralização de cotas da primeira emissão de cotas do fundo, sendo que os primeiros 10 anos correspondem ao período de investimento, e os 10 anos

seguintes ao período de desinvestimento.

O FIP Sondas investia aproximadamente 100% do seu patrimônio em ações da Sete Brasil Participações S.A. (“Sete Brasil”), que se encontra em processo de recuperação judicial. Em 31 de março de 2018, foi reconhecida provisão para perda da totalidade do investimento na companhia.

Em 27 de janeiro de 2020 o FIP Sondas celebrou o contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças, por meio do qual formalizou a venda da totalidade das ações emitidas pela Sete Brasil.

As demonstrações financeiras do FIP Sondas relativas ao exercício findo em 31 de março de 2020 foram auditadas por auditores independentes que emitiram relatório de auditoria, com abstenção de opinião, datado de 20 de outubro de 2020.

As demonstrações financeiras de encerramento do FIP Sondas, referentes ao período de 1º a 28 de abril de 2020, data de encerramento das atividades do FIP Sondas, foram auditadas por auditores independentes que emitiram opinião em 24 de novembro de 2020 e concluíram que as demonstrações financeiras acima referidas apresentaram adequadamente, em todos os aspectos relevantes, o desempenho das operações e fluxos de caixa do Fundo para o período de 1º a 28 de abril de 2020, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis aos fundos de investimento em participações.

O relatório dos auditores independentes contém parágrafos de ênfase quanto à: (i) descrição de que o pressuposto de continuidade operacional não foi utilizado na elaboração destas demonstrações financeiras em razão da aprovação do encerramento do Fundo em 28 de abril de 2020 e (ii) existência de ação civil pública em que o Fundo figura como parte no polo passivo e tem como um dos objetos o pedido de indenização junto a administradora do Fundo pelos danos causados ao patrimônio de fundação que foi cotista do FIP Sondas.

(iv) Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Energisa 2008 (“FIDC Energisa”)

O Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Energisa 2008 foi constituído sob forma de condomínio fechado, com prazo de duração determinado de 12 anos. Iniciou suas atividades em 29 de dezembro de 2008 e destina-se à investidores qualificados.

O FIDC Energisa investe aproximadamente 91% do seu patrimônio em Direitos Creditórios referentes à faturas de energia elétrica.

As demonstrações financeiras do FIDC Energisa relativas ao exercício findo em 30 de abril de 2020 foram auditadas por auditores independentes que emitiram relatório de auditoria, sem modificações, datado de 4 de setembro de 2020.

O FIDC Energisa foi liquidado antecipadamente em 3 de novembro de 2020, de forma que o FI-FGTS recebeu o valor de R\$ 9.037.

As demonstrações contábeis de encerramento do FIDC Energisa, relativas ao período de 1º de maio a 3 de novembro de 2020, o data de encerramento das atividades do FIDC Energisa, foram auditadas por auditores independentes que emitiram opinião em 28 de abril de 2021 e concluíram que as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, o desempenho das operações e fluxos de caixa do Fundo para o período de 1º de maio a 3 de novembro de 2020, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis aos fundos de investimento em participações.

O relatório dos auditores independentes contém parágrafo de ênfase quanto à liquidação do FIDC Energisa e o encerramento de suas atividades em 3 de novembro de 2020, com resgate integral de suas

cotas naquela data. As demonstrações contábeis para o referido período foram elaboradas em conexão com o processo de encerramento do Fundo, motivo pelo qual não apresenta informações comparativas com o período anterior, de forma que a opinião dos auditores não foi ressalvada com relação a esse assunto.

(v) Yosemite Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (“FIP Yosemite”)

O Yosemite Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia foi constituído sob forma de condomínio fechado, com prazo de duração determinado de 25 anos. O FIP Yosemite destina-se a investidores profissionais, nacionais ou estrangeiros e tem por objetivo manter a titularidade e consumir a alienação das Ações da Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A - INVEPAR de acordo com o melhor interesse dos cotistas.

O FIP Yosemite, foi criado durante o Plano de Recuperação Judicial da OAS S.A., no qual o FI-FGTS habilitou-se como credor com garantia real dado o penhor de 8.531.973 ações ordinárias e 17.063.946 ações preferenciais detidas pelo Grupo OAS na INVEPAR quando da realização do investimento, pelo FI-FGTS, por meio de aquisição de debêntures de emissão da OAS S.A. no valor de R\$ 250.000.000,00 em 13 de janeiro de 2012, conforme descrito na Nota Explicativa nº 8.c. O FI-FGTS, por meio da execução da garantia e conforme disposto no Plano de Recuperação Judicial, restou com uma participação de 24,44% do patrimônio total do FIP Yosemite, sendo os 75,56% remanescentes pertencentes a SPEs Offshore oriundas dos detentores de títulos de dívida estrangeiros (*bondholders*).

As demonstrações financeiras do FIP Yosemite referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 não haviam sido finalizadas até a data de aprovação das demonstrações contábeis do FI-FGTS pela Administração. Além disso, o valor da cota do FIP Yosemite e o valor justo do seu investimento na INVEPAR em 31 de dezembro de 2020 não haviam sido divulgadas pelo administrador do FIP Yosemite.

Em 31 de dezembro de 2020, conforme relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras da INVEPAR, há parágrafo de incerteza relevante com relação a sua continuidade operacional, uma vez que a companhia e suas subsidiárias apresentam prejuízos recorrentes, o passivo circulante individual e consolidado excede o ativo circulante individual e consolidado, bem como a companhia se encontra em situação de passivo a descoberto (patrimônio líquido negativo). Em função dos indicativos, a administração, em 31 de dezembro de 2020, registrou desvalorização do valor justo do FIP Yosemite no montante de R\$ 63.630, por conta do investimento do fundo neste ativo.

6 Investimento em ações sem cotação em bolsa de valores

O Fundo investe em ações de empresas que não são cotadas em bolsa de valores as quais são avaliadas pelo seu valor justo. Dessa forma, o valor de tais investimentos poderá vir a ser diferente quando da sua efetiva realização financeira, com o conseqüente efeito no valor da cota do Fundo.

As principais informações relacionadas a estes investimentos estão apresentadas a seguir:

6.1 Composição dos investimentos em quantidade de ações sem cotação em bolsa de valores

Quantidade de ações possuídas (quantidade unitária)

Empresas	31 de dezembro de 2020			31 de dezembro 2019		
	ON	PN	Participação no capital total da sociedade %	ON	PN	Participação no capital total da sociedade %
Brado Logística e Participações S.A.	2.962.963	-	22,86%	2.857.143	-	22,22%

Cone S.A.	35.099.302	-	39,75%	35.099.302	-	39,75%
Energimp S.A.	460.437.026	-	45,00%	460.437.026	-	45,00%
Foz do Rio Claro Energia S.A.	-	32.793.440	47,99%	-	32.793.440	47,99%
Hidrotérmica S.A.	55.667.283	67.796.610	21,33%	55.667.283	67.796.610	21,33%
Ijuí Energia S.A.	-	42.041.590	13,34%	-	42.041.590	13,34%
J Malucelli Energia S.A.	-	-	-	179.681	-	40,81%
Logbras Participações e Desenvolvimento Logístico S.A.	90.000.000	-	45,00%	90.000.000	-	45,00%
MDCPAR S.A.	3.842.337	-	47,01%	3.842.337	-	47,01%
OAS Óleo e Gás S.A.	1.309.916	3.850.044	39,00%	1.309.916	3.850.044	39,00%
Odebrecht Ambiental Participações S.A.	510.551.593	-	30,00%	510.551.593	-	30,00%
BRK Ambiental Participações S.A..	793.889.719	-	30,00%	415.699.980	-	30,00%
Odebrecht TransPort S.A.	64.400.045	-	30,00%	64.400.045	-	30,00%
VLI S.A.	1.413.854.823	-	15,90%	1.413.854.823	-	15,90%
BRK Ambiental - Centro Norte Participações S.A.	-	-	-	90.600.000	-	49,00%

6.2 Movimentação financeira dos investimentos em ações sem cotação em bolsa de valores

Os investimentos em ações sem cotação em bolsa de valores (nível 3) em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 estão apresentados conforme quadros abaixo:

Empresas	Saldo Contábil em 31/12/2019	Movimentações	Ajuste a valor justo 2020	Saldo Contábil em 31/12/2020
BRK Ambiental Participações Saneamento S.A. (a)	2.170.439	806.604	(285.473)	2.691.570
BRK Ambiental - Centro Norte Participações S.A. (o)	806.604	(806.604)	-	-
VLI S.A. (b)	2.453.131	-	19.903	2.473.034
Cone S.A. (c)	373.881	-	(48.604)	325.277
Brado Logística e Participações S.A. (d)	212.268	-	(93)	212.175
Foz do Rio Claro Energia S.A. (e)	142.663	-	(45.564)	97.099
MDCPAR S.A. (f)	42.947	-	12.406	55.353
Logbras Participações e Desenvolvimento Logístico S.A. (g)	93.127	-	(43.344)	49.783
Ijuí Energia S.A. (h)	61.033	-	(13.567)	47.466
Hidrotérmica S.A. – Ações Ordinárias (i)	75.838	-	(68.920)	6.918
J. Malucelli Energia S.A. (j)	268.458	(268.458)	-	-
TOTAL	6.700.389	(268.458)	(473.256)	5.958.675

a. *BRK Ambiental Participações S.A.*

A BRK Ambiental Participações S.A. (“BRK Ambiental”), anteriormente denominada Odebrecht Ambiental Participações em Saneamento S.A., foi constituída em 29 de janeiro de 2016 tendo como

objetivo investir e operar projetos ambientais e prestar serviços com foco nos segmentos abaixo através de suas controladas diretas e indiretas e sociedades controladas em conjunto, recebidas em aumento de capital em decorrência de processo de reestruturação societária ocorrido em 29 de dezembro de 2016:

- (i) Água e Esgoto, através de concessões públicas, parceria público-privadas, prestação de serviços, entre outros; e
- (ii) Operações Industriais via terceirização de Centrais de Utilidades (“Industrial”).

A BRK Ambiental é empresa oriunda de cisão da Odebrecht Ambiental Participações S.A. cuja participação anteriormente detida pela Odebrecht S.A., equivalente a 70% do capital social da BRK Ambiental, foi alienada para o BR Ambiental Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia.

Em 30 de setembro de 2020 foi concluída a reorganização da BRK Ambiental a partir da contribuição do FI-FGTS de 49,0% de participação acionária da BRK Ambiental - Centro Norte Participações S.A. pelo valor correspondente de R\$ 636.942 na BRK Ambiental.

O FI-FGTS subscreveu 378.189.739 novas ações de emissão da BRK Ambiental, emitidas em conformidade com o aumento do capital social da BRK Ambiental aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, e integralizou a totalidade das ações subscritas mediante a conferência, à BRK Ambiental, de 90.600.000 de ações de emissão da BRK Ambiental - Centro Norte Participações S.A. de titularidade do FI-FGTS, correspondentes a 100% (cem por cento) da participação detida pelo FI-FGTS no capital social da BRK Ambiental - Centro Norte Participações S.A.

Ademais, houve a subscrição pelo acionista BR Ambiental Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia de 882.442.725 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, em bens e moeda em espécie, mediante a conferência ao capital social da Companhia em 45.980 ações de emissão da BRK Ativos Maduros, representativas de 87,5% do seu capital social total e votante, e R\$ 522.745 em moeda corrente nacional.

Após a aludida reorganização societária, o FI-FGTS permaneceu detendo 30% das ações emitidas pela BRK Ambiental Participações S.A.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da BRK referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foram auditadas por auditores independentes, que emitiram relatório com ressalva em 25 de março de 2021 quanto à apresentação dos valores correspondentes referentes ao exercício anterior, apresentados para fins de comparação, que contemplavam saldo com partes relacionadas referente a mútuos classificados no ativo circulante que foram realizados com o objetivo de suprir necessidade de caixa de certas controladas para o cumprimento das obrigações financeiras (*covenants*) previstas nos contratos de financiamentos e/ou debentures dessas controladas, dos quais a companhia era a garantidora, no montante de R\$339.964 mil em 31 de dezembro de 2019. Os auditores independentes entendem, no âmbito da auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior, que essas transações realizadas com controladas não constituíam negócios usuais na exploração do objeto da companhia e, sendo assim, deveriam estar classificadas no ativo circulante conforme exigido pelo artigo 179 da Lei n. 6.404/76. Assim, as demonstrações financeiras individuais da companhia apresentaram, em 31 de dezembro de 2019, o saldo total do ativo circulante aumentado em R\$339.964 mil e o saldo total do ativo não circulante diminuído neste mesmo montante. Dessa forma, o relatório de auditoria conteve modificação sobre as demonstrações financeiras individuais da companhia em 31 de dezembro de 2019. A opinião dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 incluíram modificação em decorrência do efeito desse assunto sobre a comparabilidade dos valores do exercício corrente e valores correspondentes.

O relatório com a opinião dos auditores independentes da BRK Ambiental contém parágrafo de ênfase relativo às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que descreve a decisão em 1ª instância que anulou o contrato de concessão celebrado pela controlada BRK Ambiental – Maranhão S.A. com os Municípios de Paço do Lumiar e São José de Ribamar e subsequente deferimento do pedido de liminar suspendendo os efeitos dessa decisão até que haja o julgamento da apelação impetrada pela referida controlada. A controlada BRK Ambiental – Maranhão S.A. continuará desenvolvendo normalmente as suas atividades, no entanto, até o presente momento, não é possível determinar se referida controlada e/ou a Companhia poderão ser impactadas por eventual decisão contrária quando do julgamento em definitivo do processo de anulação do contrato de concessão, de forma que a opinião dos auditores independentes da BRK Ambiental não conteve modificação relacionada à esse assunto.

Em 31 de dezembro de 2020 o FI-FGTS efetuou a atualização do valor justo do investimento em ações da BRK Ambiental com base em laudo de avaliação, elaborado por avaliador independente, KPMG Corporate Finance S.A.

Abaixo segue descrição das principais premissas utilizadas, no laudo de avaliação de 2020, pelo avaliador independente :

- Padrão de valor: valor justo;
- Data-base da Avaliação: 31 de dezembro de 2020;
- Período de projeção:
- Moeda de projeção: Os fluxos de caixa foram projetados em milhares de Reais em termos nominais (considerando o efeito inflacionário). A projeção apresentada representa o Fluxo de Caixa Livre para o Acionista (*Free Cash Flow to Equity*);
- Taxa de desconto: A taxa de desconto foi projetada de acordo com a metodologia do CAPM (*Capital Asset Pricing Model*), em Reais e em termos nominais, considerando a inflação) e foi projetada de formato variável, a fim de refletir a alavancagem individualizada dos empreendimentos da BRK ao longo do período de projeção. É importante ressaltar que os fluxos de caixa foram descontados no meio do período;
- Valor Terminal: Para o cálculo do valor terminal considerou-se o saldo do capital de giro e ativo imobilizado líquido (se aplicável) do último ano do período projetivo de cada ativo em específico, descontado pelo fator de meio período para obtenção do valor presente incorporando-o a estimativa/ expectativa valor justo final.
- Ajustes: Ativos e passivos não-operacionais não foram considerados nas projeções de fluxo de caixa livre para o Acionista. Os saldos, quando observados, foram tratados separadamente.;
- Premissas Específicas: As projeções foram baseadas (i) nos demonstrativos contábeis fornecidos pela administração da Empresa; (ii) em informações gerenciais disponibilizadas pela Empresa; e (iii) em informações públicas de mercado. As premissas, discutidas e analisadas pela KPMG, consideradas na presente análise foram definidas e disponibilizadas pela BRK, de acordo com sua experiência e expectativa futura sobre as atividades que desempenha e são referentes a: i) período projetivo; ii) Receita Operacional Bruta, iii) Impostos e Deduções, iv) Custos Operacionais, v) Despesas Operacionais, vi) Depreciação e Amortização, vii) Impostos Diretos, viii) Capital de Giro, ix) Capex (novos investimentos), x) Endividamento e xi) Ativos e passivos não-operacionais.

b. VLI S.A.

A VLI S.A. (“VLI”) com sede na cidade de São Paulo, companhia controlada pela Vale S.A. (“Vale”), tem por objeto social a prestação de serviços de transporte integrado de cargas por meio dos modais ferroviário e multimodal, serviços portuários e de agenciamento portuário e em particular a prestação

de serviços de transporte integrando terminais rodo ferroviários, ferrovias e terminais portuários. A prestação destes serviços é realizada por meio de ativos e pessoal próprio, de suas subsidiárias e por contratação de terceiros.

A VLI poderá exercer outras atividades que, direta ou indiretamente, contribuam para a realização plena de seu objeto social, podendo ainda participar, sob qualquer modalidade, de outras sociedades ou empreendimentos.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da VLI referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram auditadas por auditores independentes, que emitiram relatório datado de 19 de fevereiro de 2021, com opinião de que as demonstrações financeiras da VLI apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da VLI S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB.

O relatório com a opinião dos auditores independentes da VLI contém parágrafo de ênfase relativo à nota explicativa daquelas demonstrações financeiras que descreve potenciais efeitos da pandemia do coronavírus em relação às operações da VLI e as ações tomadas até o momento.

Em 31 de dezembro de 2020 o FI-FGTS efetuou a atualização do valor justo do investimento em ações da VLI com base em laudo de avaliação, elaborado por avaliador independente, KPMG Corporate Finance S.A.

Abaixo segue descrição das principais premissas utilizadas, no laudo de avaliação de 2020, pelo avaliador independente:

- Padrão de valor: Valor justo;
- Data-base: 31 de dezembro de 2020;
- Período de Projeção: Janeiro de 2021 a Dezembro de 2068 totalizando 48 anos mais perpetuidade
- Moeda de projeção: Os fluxos de caixa foram projetados em milhares de Reais (R\$ 000) em termos nominais (considerando o efeito inflacionário), exceto quando identificado. A projeção apresentada representa o Fluxo de Caixa Livre para o Acionista (*Free Cash Flow to Equity*).
- Taxa de desconto: A taxa de desconto foi projetada de acordo com a metodologia do CAPM (*Capital Asset Pricing Model*), em Reais e em termos nominais (considerando a inflação) e foi projetada de forma variável, a fim de refletir a alavancagem da VLI ao longo do período de projeção. É importante ressaltar que os fluxos de caixa foram descontados no meio do período
- Taxa de crescimento na perpetuidade: Para cálculo da perpetuidade (quando aplicável) considerou-se a inflação média (IPCA) de longo prazo como crescimento g , de 3,2%.
- Ajustes: Ativos e passivos não operacionais não foram considerados nas projeções de fluxo de caixa livre para Empresa. Os saldos quando observados foram tratados separadamente.
- Premissas Específicas: As projeções foram baseadas (i) nos demonstrativos contábeis fornecidos pela administração da Empresa; (ii) em informações gerenciais disponibilizadas pela Empresa; e (iii) em informações públicas de mercado. As premissas, discutidas e analisadas pela KPMG, consideradas na presente análise foram definidas e disponibilizadas pela VLI, de acordo com sua experiência e expectativa futura sobre as atividades que desempenha e são referentes a: i) período projetivo das empresas; ii) Receita Operacional Bruta, iii) Impostos e Deduções Sobre Vendas e Serviços, iv) Custos Operacionais, v)

Despesas Operacionais, vi) Depreciação e Amortização, vii) Impostos Diretos, viii) Capital de Giro, ix) Capex (novos investimentos) e x) Ativos e passivos não-operacionais.

c. Cone S.A.

A Cone S.A. (“Cone”) é uma entidade domiciliada na cidade de Cabo de Santo Agostinho, estado de Pernambuco, constituída em 6 de abril de 2010 por meio da contribuição de ativos e projetos detidos pela antiga controladora, Conepar S.A. A Cone tem o objetivo de prover a infraestrutura e competências logísticas integradas para regiões próximas a polos de investimentos, com foco no nordeste do Brasil, com o objetivo de explorar o potencial logístico e de infraestrutura industrial por meio da implantação e exploração de empreendimentos logísticos e de infraestrutura industrial na região do Complexo Portuário e Industrial de Suape, em Pernambuco.

A Cone, através de uma plataforma multiempreendimentos, visa atender a uma necessidade do mercado formada pela demanda por áreas dotadas de infraestrutura de qualidade que sejam capazes de abrigar empreendimentos e, ao mesmo tempo, prover serviços e competências logísticas para atender a demanda oriunda da região de influência direta do Complexo Portuário de Suape.

As demonstrações financeiras da Cone S.A., referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram auditadas por auditores independentes, que emitiram relatório, datado de 28 de abril de 2021, sem modificações, mas contendo parágrafo de ênfase quanto ao volume de transações relevantes que a companhia mantém com partes relacionadas. Os resultados dessas relações e transações poderiam ser diferentes, caso tivessem sido efetuadas com partes não relacionadas.

Em 31 de dezembro de 2020 o FI-FGTS efetuou a atualização do valor justo do investimento em ações da Cone com base em laudo de avaliação, elaborado por avaliador independente, KPMG Corporate Finance S.A.

Abaixo segue descrição das principais premissas utilizadas, no laudo de avaliação de 2020, pelo avaliador independente:

- Padrão de valor: Valor justo;
- Data-base: 31 de dezembro de 2020;
- Período de projeção: A partir de 1º de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2040 totalizando 20 anos de projeção e perpetuidade
- Data-base: 31 de dezembro de 2020;
- Moeda de projeção: Os fluxos de caixa foram projetados em milhares de Reais em termos nominais (considerando o efeito inflacionário)
- A projeção apresentada representa o Fluxo de Caixa Livre para o Acionista (*Free Cash Flow to Equity*);
- Taxa de desconto: A taxa de desconto foi projetada de acordo com a metodologia do CAPM (*Capital Asset Pricing Model*) em Reais e em termos nominais (considerando a inflação), projetada de forma variável a fim de refletir a alavancagem individualizada das UGCs ao longo do período de projeção. Adicionalmente, é importante ressaltar que os fluxos de caixa foram descontados no meio do período;
- Taxa de crescimento na perpetuidade: Para cálculo da perpetuidade foi considerada a inflação de longo prazo com o crescimento de 3,24% ao ano, conforme expectativa do Bacen. Portanto, não foi considerado crescimento real na perpetuidade;
- Ajustes: Ativos e passivos não operacionais não foram considerados nas projeções de fluxo de caixa livre para o Acionista. Os saldos, quando observados, foram tratados separadamente;
- Premissas Específicas: As projeções foram baseadas nos demonstrativos contábeis fornecidos pela Administração em informações gerenciais disponibilizadas pela Empresa e (em

informações públicas de mercado. As premissas, discutidas e analisadas pela KPMG consideradas na presente análise foram definidas e disponibilizadas pela Cone de acordo com sua experiência e expectativa futura sobre as atividades que desempenha e são referentes a i) período projetivo ii) Receita Operacional Bruta, iii) Impostos e Deduções, iv) Custos Operacionais, v) Despesas Operacionais, vi) Depreciação e Amortização, vii) Impostos Diretos, viii) Capital de Giro, ix) CAPEX (novos investimentos), x) Endividamento e xi) Ativos e passivos não operacionais.

d. Brado Logística e Participações S.A.

Com vistas a desenvolver o transporte de contêineres por intermédio do modal ferroviário, a ALL – América Latina Logística S.A. (“ALL”), atual Rumo S.A., criou em 1º de abril de 2011 uma nova sociedade denominada Brado Logística e Participações S.A. (“Brado”) a partir da fusão da Standard Logística e Distribuição S.A. com a unidade de negócios de contêineres da ALL.

A Brado tem como objetivo social deter ações da Brado Logística S.A. sua subsidiária integral, que por sua vez, atua no mercado de contêineres dentro do Brasil, utilizando o diferencial do transporte ferroviário para escoamento das cargas, que atendem o grande, médio e pequeno embarcador, com logística e infraestrutura integrada. Oferece capacidade, competitividade nos custos e qualidade de serviço, além de operações de transporte intermodal rodoferroviário, armazenagem de carga reefer e dry, distribuição, terminais de contêineres, redex, vigiagro e habitações para os mercados internacionais.

Em 31 de dezembro de 2020, o FI-FGTS efetuou atualização do valor justo do investimento em ações da Brado Logística e Participações S.A. com base em laudo de avaliação, elaborado por avaliador independente, KPMG Corporate Finance S.A.

As demonstrações financeiras da Brado referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram auditadas por auditores independentes, que emitiram relatório sem ressalvas, datado 03 de março de 2021, e concluíram que as demonstrações contábeis da Brado apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira dessa companhia em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Abaixo segue descrição das principais premissas utilizadas, no laudo de avaliação de 2020, pelo avaliador independente:

- Padrão de valor: Valor justo;
- Data-base: 31 de dezembro de 2020;
- Período de Projeção: Janeiro de 2021 a Dezembro de 2068 totalizando 48 anos mais perpetuidade;
- Moeda de projeção: Os fluxos de caixa foram projetados em milhares de Reais em termos nominais (considerando o efeito inflacionário), exceto quando identificado. A projeção apresentada representa o Fluxo de Caixa Livre para o Acionista (*Free Cash Flow to Equity*);
- Taxa de desconto: A taxa de desconto foi projetada de acordo com a metodologia do CAPM (*Capital Asset Pricing Model*), em Reais e em termos nominais (considerando a inflação) e foi projetada de forma variável, a fim de refletir a alavancagem da Brado ao longo do período de projeção. É importante ressaltar que os fluxos de caixa foram descontados no meio do período;
- Taxa de crescimento na perpetuidade: Para cálculo da perpetuidade (quando aplicável) considerou-se a inflação média (IPCA) de longo prazo como crescimento de 3,2%;
- Ajustes: Ativos e passivos não operacionais não foram considerados nas projeções de fluxo de caixa livre para o Acionista. Os saldos quando observados foram tratados separadamente;

- Premissas Específicas: As projeções foram baseadas (i) nos demonstrativos contábeis fornecidos pela administração da Empresa; (ii) em informações gerenciais disponibilizadas pela Empresa; e (iii) em informações públicas de mercado. As premissas, discutidas e analisadas pela KPMG, consideradas na presente análise foram definidas e disponibilizadas pela Brado, de acordo com sua experiência e expectativa futura sobre as atividades que desempenha e são referentes a: i) período projetivo das empresas; ii) Receita Operacional Bruta, iii) Impostos e Deduções Sobre Vendas e Serviços, iv) Custos Operacionais, v) Despesas Operacionais, vi) Depreciação e Amortização, vii) Impostos Diretos, viii) Capital de Giro, ix) Capex (novos investimentos) e x) Ativos e passivos não-operacionais.

e. Foz do Rio Claro Energia S.A.

A Foz do Rio Claro Energia S.A. (“UHE Foz do Rio Claro”) é uma “SPE - Sociedade de Propósito Específico” e foi constituída em 16 de janeiro de 2006 com a finalidade de explorar o potencial de energia hidrelétrica localizada no Rio Claro, municípios de São Simão e Caçu, no estado de Goiás, denominado Usina Hidrelétrica Engenheiro José Luiz Muller de Godoy Pereira (antiga Foz do Rio Claro), bem como das respectivas instalações de interesse restrito à central geradora e a comercialização ou utilização da energia elétrica produzida.

A Foz do Rio Claro Energia S.A. é diretamente controlada pela Alupar Investimento S.A.

A UHE Foz do Rio Claro possui 68,4 MW de potência instalada e garantia física de 41 MW médios, com 2 unidades geradoras em operação.

Em 18 de setembro de 2017 o Fundo exerceu a opção de venda de 4.099.180 ações preferenciais da UHE Foz do Rio Claro de sua titularidade.

As demonstrações contábeis da UHE Foz do Rio Claro referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foram auditadas por auditores independentes, que emitiram relatório em 1º de março de 2021 e concluíram que as demonstrações contábeis apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da companhia em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Em 31 de dezembro de 2020 o FI-FGTS efetuou a atualização do valor justo do investimento em ações da UHE Foz do Rio Claro com base em laudo de avaliação, elaborado por avaliador independente, KPMG Corporate Finance S.A.

Abaixo segue descrição das principais premissas utilizadas, no laudo de avaliação de 2020, pelo avaliador independente:

- Padrão de valor: Valor Justo;
- Data-base: 31 de dezembro de 2020;
- Período de projeção: Janeiro de 2021 a Agosto de 2041 totalizando 20 anos e 8 meses de projeção e valor terminal;
- Moeda de projeção: Os fluxos de caixa foram projetados em milhares de Reais em termos nominais (considerando o efeito inflacionário) A projeção apresentada representa o Fluxo de Caixa Livre para o Acionista (*Free Cash Flow to Equity*);
- Taxa de desconto: A taxa de desconto foi projetada de acordo com a metodologia do CAPM (*Capital Asset Pricing Model*) em Reais e em termos nominais, (considerando a inflação) e foi projetada de formato variável, a fim de refletir a alavancagem da FRC ao longo do período de projeção. É importante ressaltar que os fluxos de caixa foram descontados no meio do

período;

- Valor terminal: Para o cálculo do valor terminal considerou se o saldo do capital de giro e ativo imobilizado líquido (se aplicável) do último ano do período projetivo 2041 descontado pelo fator de meio período para obtenção do valor presente incorporando o a estimativa/ expectativa valor justo final;
- Ajustes: Ativos e passivos não operacionais não foram considerados nas projeções de fluxo de caixa livre para o Acionista. Os saldos, quando observados, foram tratados separadamente;
- Premissas Específicas: As projeções foram baseadas nos demonstrativos contábeis fornecidos pela administração da Empresa ii em informações gerenciais disponibilizadas pela Empresa e iii em informações públicas de mercado As premissas, discutidas e analisadas pela KPMG consideradas na presente análise foram definidas e disponibilizadas pela Foz do Rio Claro e acordo com sua experiência e expectativa futura sobre as atividades que desempenha e são referentes a i) período projetivo ii Receita Operacional Bruta, iii Impostos e Deduções, iv Custos Operacionais, v) Despesas Operacionais, vi) Depreciação e Amortização, vii Impostos Diretos, viii Capital de Giro, ix Capex (novos investimentos), x) Endividamento e xi) Ativos e passivos não operacionais.

f. MDCPAR S.A.

A MDCPAR S.A. (“MDCPAR”) foi constituída em 22 de janeiro de 2007 e tem por objeto social, a partir de reforma estatutária introduzida em novembro de 2011, o desenvolvimento, implantação e/ou operação, sob qualquer forma, de negócios, projetos e empreendimentos nas áreas de logística, energia, petróleo e gás natural.

Em 08 de dezembro de 2017 foram subscritas 85.077 novas ações da MDCPar no valor uniário de R\$ 10,92 totalizando R\$ 929, as quais foram integralizadas em 2018.

As demonstrações contábeis da MDCPAR referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foram auditadas por auditores independentes, que emitiram relatório em 3 de maio de 2021 e concluíram que as demonstrações contábeis apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da companhia em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Além disso, o relatório dos auditores independentes contém parágrafo de ênfase quanto à incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional da companhia, e suas controladas, em razão de prejuízos recorrentes, da apresentação de excesso de passivos sobre ativos circulantes, e também porque duas de suas controladas apresentaram passivo à descoberto no encerramento do exercício.

Em 31 de dezembro de 2020 o FI-FGTS efetuou a atualização do valor justo do investimento em ações da MDCPar com base em laudo de avaliação, elaborado por avaliador independente, KPMG Corporate Finance S.A.

Abaixo segue descrição das principais premissas utilizadas, no laudo de avaliação de 2020, pelo avaliador independente:

- Padrão de valor: Valor Justo;
- Data-base: 31 de dezembro de 2020;
- Período de projeção: Os períodos de projeção foram estabelecidos com base nos contratos da CBA, CMG e ERG, enquanto o período da CDGN foi estabelecido em 5 anos mais perpetuidade e para a GDA e GNR foram estabelecidos com base na vida útil dos aterros; (i) CBA: A partir de 1 de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2042 (ii) CMG: A partir de 1 de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2044; (ii) ERG: A partir de 1 de janeiro de 2021 a 31

de dezembro de 2023; (iii) CDGN: A partir de 1 de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2025. (iv) GDA: A partir de 1 de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2039; (v) GNRF: A partir de 1 de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2031; e (vi) Perpetuidade: foi considerado cálculo da perpetuidade para a CDGN.

- Moeda de projeção: Os fluxos de caixa foram projetados em milhares de Reais em termos nominais (considerando o efeito inflacionário);
- Taxa de desconto: Para as investidas CBA, CMG, GDA, GNRF, CDGN e as Holdings a taxa de desconto foi calculada conforme metodologia do CAPM (Capital Asset Pricing Model) em Reais (R\$) e em termos nominais, (considerando a inflação), considerando taxa variável ano a ano, conforme a alavancagem de cada investida, uma vez que foram projetadas conforme Fluxo de Caixa para o Acionista;
- Para a investida ERG utilizou-se taxa de desconto conforme metodologia WACC (*Weighted Average Cost of Capital*) em Reais (R\$) e em termos nominais, (considerando a inflação), uma vez que foram projetadas conforme Fluxo de Caixa para a Firma;
- Ajustes: Ativos e passivos não-operacionais não foram considerados nas projeções de fluxo de caixa livre para a Empresa. Os saldos, quando observados, foram tratados separadamente;
- Premissas Específicas: As projeções foram baseadas (i) nos demonstrativos contábeis fornecidos pela Administração da Empresa; (ii) em informações gerenciais disponibilizadas pela Empresa; e (iii) em informações públicas de mercado.

g. Logbras Participações e Desenvolvimento Logístico S.A.

A Logbras Participações e Desenvolvimento Logístico S.A. (“Logbras”) foi constituída em 18 de maio de 2011 sendo transformada em sociedade por ações, de capital fechado, em 04 de outubro de 2011. A Logbras tem por objeto social a participação em sociedades de propósito específico, para o desenvolvimento de parques logísticos, onde serão construídos empreendimentos imobiliários relacionados a logística e indústria leve.

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Logbras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram auditadas por auditores independentes, que emitiram relatório em 5 de março de 2021 com a seguinte ressalva: “conforme descrito em nota explicativa, a investida controlada em conjunto Saint Michel Empreendimentos Imobiliários S.A. realizou movimentações societárias relacionadas ao cancelamento dos dividendos a pagar contabilizados até dezembro de 2018 (R\$ 12.507 total e R\$ 4.767 referentes à companhia) vinculada à redução do capital social (R\$ 16.607), com consequente envio dos recursos aos seus acionistas. Contudo, as atas e demais formalizações necessárias para lastrear essas transações não cumpriram o completo rito administrativo previsto em seu estatuto social, não gozando de aprovação final e formal para sua efetivação. Consequentemente, o saldo do investimento e do passivo estão a menor em aproximadamente R\$ 6.000”.

Além disso, o relatório dos auditores independentes contém parágrafo de ênfase quanto à incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional da companhia em razão do prejuízo, bem como sobre a apresentação de excesso de passivos sobre ativos circulantes no encerramento do exercício.

Em 31 de dezembro de 2020 o FI-FGTS efetuou a atualização do valor justo do investimento em ações da Logbras com base em laudo de avaliação, elaborado por avaliador independente, KPMG Corporate Finance S.A.

Abaixo segue descrição das principais premissas utilizadas, no laudo de avaliação de 2020, pelo avaliador independente:

- Padrão de valor: Valor Justo;
- Data-base: 31 de dezembro de 2020;
- Metodologia: *Cost Approach – Adjusted Net Equity* (Patrimônio Líquido Ajustado) e FDC

(Fluxo de caixa descontado);

- Moeda de projeção: Os fluxos de caixa foram projetados em milhares de Reais (R\$ 000) em termos nominais (considerando o efeito inflacionário), exceto quando identificado;
- Taxa de desconto: A taxa de desconto foi projetada de acordo com a metodologia do WACC (*Weighted Average Cost of Capital*) (em R\$ nominais, exceto para o Fluxo de caixa do imóvel em operação da Logbras Embu);
- Taxa de crescimento na perpetuidade: Para cálculo da perpetuidade (quando aplicável) considerou-se a inflação média (IPCA) de longo prazo com o crescimento de 3,24%. A perpetuidade foi considerada para os Fluxos de caixa das Despesas administrativas referentes às atividades não operacionais da Logbras Participações e dos Empreendimentos;
- Ajustes: Ativos e passivos não operacionais não foram considerados nas projeções de fluxo de caixa livre para a Empresa. Os saldos, quando observados, foram tratados separadamente.;
- Premissas Específicas: As projeções foram baseadas (i) nos demonstrativos contábeis fornecidos; pela Empresa; (ii) em informações gerenciais disponibilizadas pela Empresa; e (iii) em informações públicas de mercado. A projeção do empreendimento de Embu (o galpão logístico) foi realizada considerando as informações descritas no contrato com a Ambev, ▪ Para os Empreendimentos e para a Holding, foram realizadas também as projeções das Despesas administrativas, e as projeções foram realizadas em termos nominais (considerando a inflação). Na data-base, a Logbras Participações e os empreendimentos Logbras Embu e Cabreúva estão enquadrados no regime de tributação de Lucro Real, já os empreendimentos Hortolândia, Itatiba e Saint Michel regime de Lucro Presumido. As premissas, discutidas e analisadas pela KPMG, consideradas na presente análise foram definidas e disponibilizadas pela Logbras, de acordo com sua experiência e expectativa futura sobre as atividades que desempenha e são referentes a: i) período projetivo dos Empreendimentos; ii) Receita Operacional líquida, iii) Impostos e Deduções, iv) Despesas Operacionais, v) Impostos Diretos, vi) Fundo de Reposição do Ativo (FRA). A seguir, define-se cada uma das premissas consideradas no cálculo do valor justo.

h. Ijuí Energia S.A.

A Ijuí Energia S.A. (“IESA”) é uma “SPE – Sociedade de Propósito Específico” que tem por objeto (i) explorar o potencial de energia hidrelétrica localizada no Rio Ijuí, municípios de Rolador e Salvador das Missões, denominado Usina Hidrelétrica São José, bem como das respectivas instalações de interesse restrito à Central Geradora; e (ii) a comercialização ou utilização da energia elétrica produzida.

A usina hidrelétrica (“UHE”) Ijuí possui 51 MW de potência instalada.

As demonstrações contábeis da Ijuí referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foram auditadas por auditores independentes, que emitiram relatório em 1º de março de 2021 e concluíram que as demonstrações contábeis apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da companhia em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Além disso, o relatório dos auditores independentes contém parágrafo de ênfase, descrito em nota explicativa daquelas demonstrações contábeis, que em decorrência de depreciação e amortização referentes à períodos anteriores, os valores correspondentes referentes ao balanço patrimonial elaborado em 31 de dezembro de 2019 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados conforme previsto na NBC TG 23. Adicionalmente, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 (correspondente a 1º de janeiro de 2019) essa companhia, para manter a comparabilidade em relação aos dados correspondentes,

ajustou os valores correspondentes referentes ao balanço patrimonial elaborado em 31 de dezembro de 2018 (correspondente a 1º de janeiro de 2019), apresentados para fins de comparação. Dessa forma, considerando que o exame das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 (correspondente a 1º de janeiro de 2019), preparadas originalmente antes dos ajustes descritos nas notas explicativas, foi conduzido sob a responsabilidade de outro auditor independente que emitiu relatório de auditoria sem modificação, com data de 28 de fevereiro de 2019, como parte dos procedimentos dos auditores atuais das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2020, foram examinados também os ajustes descritos nas notas explicativas, que foram efetuados para alterar os valores correspondentes relativos às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2018 (correspondente à 1º de janeiro de 2019). Na opinião dos auditores, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. A opinião dos auditores da companhia não tem modificação relacionada a esse assunto.

Em 31 de dezembro de 2020 o FI-FGTS efetuou a atualização do valor justo do investimento em ações da IESA com base em laudo de avaliação, elaborado por avaliador independente, KPMG Corporate Finance S.A.

Abaixo segue descrição das principais premissas utilizadas no laudo de avaliação de 2020, pelo avaliador independente:

- Padrão de valor: Valor Justo;
- Data-base: 31 de dezembro de 2020;
- Período de projeção Janeiro de 2021 a Agosto de 2041 totalizando 20 anos e 8 meses de projeção e valor terminal;
- Moeda de projeção: Os fluxos de caixa foram projetados em milhares de Reais em termos nominais (considerando o efeito inflacionário) A projeção apresentada representa o Fluxo de Caixa Livre para o Acionista (*Free Cash Flow to Equity*);
- Taxa de desconto: A taxa de desconto foi projetada de acordo com a metodologia do CAPM (*Capital Asset Pricing Model*) em Reais e em termos nominais, (considerando a inflação) e foi projetada de formato variável, a fim de refletir a alavancagem individualizada dos empreendimentos da Hidrotérmica ao longo do período de projeção. É importante ressaltar que os fluxos de caixa foram descontados no meio do período;
- Valor Terminal: Para o cálculo do valor terminal considerou-se o saldo do capital de giro e ativo imobilizado líquido (se aplicável) do último ano do período projetivo de cada ativo em específico, descontado pelo fator de meio período para obtenção do valor presente incorporando o a estimativa/ expectativa valor justo final;
- Ajustes: Ativos e passivos não operacionais não foram considerados nas projeções de fluxo de caixa livre para o Acionista Os saldos, quando observados, foram tratados separadamente;
- Premissas Específicas: As projeções foram baseadas (nos demonstrativos contábeis fornecidos pela administração da Empresa (em informações gerenciais disponibilizadas pela Empresa e (em informações públicas de mercado. As premissas, discutidas e analisadas pela KPMG consideradas na presente análise foram definidas e disponibilizadas pela Hidrotérmica de acordo com sua experiência e expectativa futura sobre as atividades que desempenha e são referentes a i) período projetivo ii) Receita Operacional Bruta, iii) Impostos e Deduções, iv) Custos Operacionais, v) Despesas Operacionais, vi) Depreciação e Amortização, vii) Impostos Diretos, viii) Capital de Giro, ix) Capex (novos investimentos), x) Endividamento e xi) Ativos e passivos não operacionais.

i. Hidrotérmica S.A.

Ações ordinárias

A Hidrotérmica S.A. ("Hidrotérmica") é uma entidade domiciliada no Brasil e tem por objeto social a execução de empreendimentos de geração e comercialização de energia elétrica, estudos, gerenciamento, supervisão e projetos de empreendimentos energéticos e operação de usinas hidrelétricas.

A Hidrotérmica opera essencialmente com Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) e Usinas Termelétricas (UTEs), cujos prazos de concessão são de 25 e 35 anos, respectivamente.

As demonstrações financeiras da Hidrotermica referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foram auditadas por auditores independentes, que emitiram relatório sem ressalvas, datado 05 de abril de 2021 e com as seguintes ênfases: (i) Processo de investigação independente, na qual a Companhia e as empresas citadas em investigação conduzida pelo Ministério Público, denominada "Greenfield", contrataram empresas independentes com o objetivo de realizar investigações forenses sobre os possíveis atos ilícitos, onde obteve-se o resultado que não foram identificadas evidências de irregularidade. Com base nas informações conhecidas até o momento, na avaliação da administração, os impactos relacionados a este assunto, se houverem, não seriam relevantes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Entretanto, como o processo de investigação conduzido pelas autoridades públicas federais ainda está em andamento, existem incertezas sobre os futuros desdobramentos e seus eventuais efeitos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas; e (ii) Transações com partes Relacionadas, a companhia possui transações com partes relacionadas, principalmente transações financeiras decorrentes de contratos de mútuo e a utilização compartilhada de estrutura e de profissionais relacionados à área administrativa. Essas transações foram contratadas em condições definidas entre as partes e, caso fossem realizadas em condições normais de mercado, poderiam gerar resultados diferentes dos que estão sendo apresentados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, em 31 de dezembro de 2020. A opinião dos auditores independentes dessa companhia não tem modificação em relação à esses assuntos.

Os auditores independentes chamam a atenção para o fato de a companhia e suas subsidiárias apresentarem prejuízo líquidos recorrentes, sendo que, em 31 de dezembro de 2020, o passivo circulante individual e consolidado excedia o total do ativo circulante individual e consolidado em R\$ 641.108 mil e R\$ 1.298.621 mil, respectivamente, e o patrimônio líquido (passivo a descoberto) da controladora e do consolidado da companhia estava negativo em R\$ 964.625 e R\$ 795.109, respectivamente. Naquela data, a companhia apresentava alto índice de alavancagem. Diante de tais fatores, os auditores destacaram a existência de incerteza relevante que podem gerar dúvidas significativas quanto à capacidade de continuidade operacional da companhia e das suas controladas.

Em 31 de dezembro de 2020 o FI-FGTS efetuou a atualização do valor justo do investimento em ações da Hidrotérmica com base em laudo de avaliação, elaborado por avaliador independente, KPMG Corporate Finance S.A.

Abaixo segue descrição das principais premissas utilizadas, no laudo de avaliação de 2020, pelo avaliador independente:

- Padrão de valor: Valor Justo;
- Data-base: 31 de dezembro de 2020;
- Período projetivo: A partir dos prazos das concessões contidos nos contratos, e dos prazos informados pela Hidrotérmica foi utilizado um período projetivo de cada um dos empreendimentos,
- Moeda de projeção: Os fluxos de caixa foram projetados em milhares de Reais em termos nominais (considerando o efeito inflacionário). A projeção apresentada representa o Fluxo de Caixa Livre para o Acionista (*Free Cash Flow to Equity*);
- Taxa de desconto: A taxa de desconto foi projetada de acordo com a metodologia do CAPM

(*Capital Asset Pricing Model*) em Reais e em termos nominais, considerando a inflação, e foi projetada de formato variável, a fim de refletir a alavancagem individualizada dos empreendimentos da Hidrotérmica ao longo do período de projeção. É importante ressaltar que os fluxos de caixa foram descontados no meio do período;

- Valor Terminal. Para o cálculo do valor terminal considerou-se o saldo do capital de giro e ativo imobilizado líquido (se aplicável) do último ano do período projetivo de cada ativo em específico, descontado pelo fator de meio período para obtenção do valor presente incorporando o a estimativa/ expectativa valor justo final; Ajustes: Ativos e passivos não operacionais não foram considerados nas projeções de fluxo de caixa livre para o acionista. Os saldos, quando observados, foram tratados separadamente;
- Premissas Específicas: As projeções foram baseadas (nos demonstrativos contábeis fornecidos pela administração da Empresa (em informações gerenciais disponibilizadas pela Empresa e (em informações públicas de mercado) As premissas, discutidas e analisadas pela KPMG consideradas na presente análise foram definidas e disponibilizadas pela Hidrotérmica de acordo com sua experiência e expectativa futura sobre as atividades que desempenha e são referentes a i) período projetivo ii) Receita Operacional Bruta, iii) Impostos e Deduções, iv) Custos Operacionais, v) Despesas Operacionais, vi) Depreciação e Amortização, vii) Impostos Diretos, viii) Capital de Giro, ix) Capex (novos investimentos), x) Endividamento e xi) Ativos e passivos não operacionais.

Em 20 de julho de 2020 foi exercida a opção de venda integral das ações detidas pelo FI-FGTS em Hidrotérmica, devido à ocorrência de descumprimentos de obrigações, pelos demais acionistas, conforme o Contrato de Opção de Venda das ações.

Após o exercício da opção de venda, os acionistas devedores possuíam o prazo de 60 dias para realizar o pagamento e, subsidiariamente, até 180 dias (prazo máximo de pagamento).

Em que pese o exercício da opção de venda, o FI-FGTS não liberou qualquer uma das garantias que possuía na operação, inclusive a posse das ações ordinárias que detinha enquanto acionista minoritário. O FI-FGTS permanece com as garantias até que seja liquidado o crédito dessa opção de venda.

j. J Malucelli Energia S.A.

A J Malucelli Energia S.A. ("JME") tem sede na cidade de Curitiba, estado do Paraná, e tem por objeto social a exploração do ramo de geração, transmissão de energia elétrica, geração hidrelétrica, mediante autorização do Poder Público, importação e comercialização de energia, participação em licitações na privatização de empresas distribuidoras de energia elétrica, representação comercial e comércio de produtos, bens e serviços ligados aos empreendimentos que compõem o objeto social, participação em outras sociedades no país e no exterior, como sócio cotista ou acionista em projetos e empreendimentos ligados ao objeto social.

Em 2 de dezembro de 2020 foi celebrado o Contrato de Compra e Venda de Ações e outras avenças, entre, de um lado o FI-FGTS, e de outro, a CPE Participações S.A. e J. Malucelli, pelo qual o Fundo alienou as ações ordinárias às compradoras pelo valor de R\$ 503.000. Em 2 de dezembro de 2020, o FI-FGTS recebeu o valor de R\$ 210.000 referente à alienação de 74.981 de ações à J.Malucelli, e R\$ 130.000 referente à alienação de 104.700 ações à CPE Participações S.A. O Fundo apurou um lucro de R\$ 234.542 nesta operação, que está registrado na rubrica "Resultado nas negociações" da Demonstração da Evolução do Patrimônio Líquido.

Ainda em relação à alienação à CPE Participações S.A., o Fundo irá receber e R\$ 163.000 em 10 parcelas semestrais de R\$ 16.300, que serão atualizadas desde 27 de julho de 2020 até o seu efetivo pagamento pela variação da TR mais juros de 8%, calculado *pro rata temporis*. O valor atualizado em 31 de dezembro de 2020 totaliza R\$ 168.523 e está registrado na rubrica "Valores a receber".

k. Odebrecht TransPort S.A.

A Odebrecht TransPort S.A. (“OTP”), cuja razão social até 17 de setembro de 2012 era OTP TransPort S.A., foi constituída em 7 de junho de 2010 e tem por objeto social (i) a participação em consórcios ou no capital de sociedades que se proponham a desenvolver projetos, investir ou de fato operar ativos relacionados ao setor de infraestrutura de transporte e logística, incluindo rodovias, ferrovias, hidrovias, metrô, dutos, portos, aeroportos, infraestrutura urbana, mobiliário urbano, estacionamentos de veículos, meios de pagamentos, estações aduaneiras interior, portos secos e/ou centros logísticos industrial aduaneiros; (ii) a operação de quaisquer desses ativos de infraestrutura, celebrando contratos de concessão de serviços públicos, projetos de parcerias público privadas ou empreendimentos privados, atuando na cobrança dos serviços prestados, implantação, estudos ambientais ou outros, operação e manutenção do empreendimento, concessão ou parceria, podendo prestar serviços de consultoria, gestão e/ou supervisão no âmbito de tais atividades; e (iii) participar de consórcios ou de atividades que explorem, direta ou indiretamente, quaisquer das atividades descritas nos itens “i” e “ii” acima.

A OTP é parte integrante da Organização Odebrecht, sendo controlada pela Odebrecht S.A.

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da OTP referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram auditadas por auditores independentes, que emitiram relatório datado de 08 de abril de 2021 sem ressalva, conforme detalhamento apresentado na nota 4 (l).

Em 31 de dezembro de 2020 o FI-FGTS efetuou a atualização do valor justo do investimento em ações da OTP a com base em laudo de avaliação, elaborado por avaliador independente, KPMG Corporate Finance S.A.

Abaixo segue descrição das principais premissas utilizadas, no laudo de avaliação de 2020, pelo avaliador independente:

- Padrão de valor: Valor Justo;
- Data-base: 30 de novembro de 2020;
- Metodologia: *Cost Approach – Adjusted Net Equity* (Patrimônio Líquido Ajustado) e FCD (Fluxo de caixa descontado);
- Moeda de projeção: Os fluxos de caixa foram projetados em milhares de Reais (R\$ 000) em termos nominais (considerando o efeito inflacionário), exceto quando identificado;
- Taxa de desconto: A taxa de desconto foi projetada de acordo com a metodologia do CAPM (*Capital Asset Pricing Model*) em termos nominais;
- Taxa de crescimento na perpetuidade: N/A;
- Ajustes: Ativos e passivos não operacionais não foram considerados nas projeções de fluxo de caixa livre para a Empresa. Os saldos, quando observados, foram tratados separadamente.
- Premissas específicas: As projeções foram baseadas (i) nos demonstrativos contábeis fornecidos; pela Empresa; (ii) em informações gerenciais disponibilizadas pela Empresa; e (iii) em informações públicas de mercado. As premissas, discutidas e analisadas pela KPMG, consideradas na presente análise foram definidas e disponibilizadas pela OTP, de acordo com sua experiência e expectativa futura sobre as atividades que desempenha e são referentes a: i) período projetivo dos Empreendimentos, ii) Receita Operacional Bruta, iii) Impostos e Deduções, iv) Custos Operacionais, v) Despesas Operacionais, vi) Depreciação e Amortização, vii) Impostos Diretos, viii) Capital de giro, ix) Capex (novos investimentos), x) Endividamento, xi) Ativos e Passivos Não-Operacionais.

Com base no laudo elaborado, não se apurou valor justo para a OTP, de forma que o investimento permaneceu contabilizado a zero em 31 de dezembro de 2020 (zero em 2019).

l. Odebrecht Ambiental Participações S.A.

A Odebrecht Ambiental Participações S.A. (“OAP”) foi constituída em 12 de setembro de 2013 e, por meio de suas controladas, tem como objetivo investir e operar projetos ambientais e prestar serviços com foco em três segmentos: (i) água e esgoto - concessões públicas de água e esgoto; (ii) operações industriais - terceirização de centrais de utilidades; e (iii) resíduos - diagnóstico e remediação de áreas contaminadas, monitoramento de águas superficiais e subterrâneas, e valorização energética dos resíduos sólidos urbanos.

A Odebrecht Ambiental Participações S.A. e suas controladas são parte integrante da Organização Odebrecht, controlada pela Odebrecht S.A. (“ODB”).

Em 27 de outubro de 2016, a Odebrecht S.A., na época acionista controladora da OAP, firmou um contrato para alienação da totalidade de suas ações, equivalente a 70% do capital social da companhia para o BR Ambiental Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (“Transação”).

A transação foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE em 14 de dezembro de 2016, sendo que o seu fechamento e a troca do controle da companhia ficaram sujeitos a outras condições habituais em operações dessa natureza, como a obtenção de anuências do poder público e financiadores e a implementação de processo de reestruturação societária, a qual segregou em 29 de dezembro de 2016 ativos da OAP e suas subsidiárias na Odebrecht Ambiental Participações em Saneamento S.A. (“OAPS”).

A transação não contemplou alguns ativos do portfólio da OAP, motivo pelo qual foi realizada uma reorganização societária culminando na cisão da companhia, sendo que os ativos não contemplados, que se encontram em processo de desmobilização permaneceram na OAP.

As demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, da Odebrecht Ambiental Participações S.A., referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, foram auditadas por auditores independentes, que emitiram, em 09 de junho de 2020, parecer com ressalva sobre investigações e outros procedimentos legais conduzidos pelo Ministério Público Federal e outras autoridades públicas. Atualmente, a OAP se encontra em processo de liquidação e incorporação de suas subsidiárias, objetivando a sua liquidação definitiva.

As demonstrações financeiras do OAP referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 não haviam sido finalizadas até a data de aprovação das demonstrações contábeis do FI-FGTS pela Administração.

Considerando a situação da companhia e a baixa perspectiva de valor justo positivo, não foi elaborado laudo de avaliação para este exercício e o ativo permanece contabilizado em R\$ 0 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 0 em 2019).

m. Energimp S.A.

A Energimp S.A. (“Energimp”) é uma sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo, foi constituída em 15 de março de 2000, tendo como objetivo a exploração, por meio de participação em consórcios ou em outras sociedades de usinas de geração de energia elétrica, nas formas permitidas em lei e mediante a obtenção das correspondentes concessões e autorizações; a importação de bens e serviços relacionados com os objetivos mencionados; e a participação em outras sociedades como sócia, cotista ou acionista.

Em dezembro de 2014, a Wind Power Energia S.A. (“WPE”), acionista controladora da Energimp e fornecedora de aerogeradores dos parques em operação comercial e dos em construção, entrou em processo de recuperação judicial, o que dificultou a capacidade de cumprimento da Energimp dos contratos de venda de energia que possui, comprometendo o seu fluxo de receitas esperado. O Plano de

Recuperação Judicial da WPE foi aprovado pelos credores em assembleia geral realizada em 19 de março de 2018, e foi homologado pelo juiz da 1ª Vara Cível da Comarca de Santo Agostinho, em 07 de fevereiro de 2019.

No segundo semestre de 2016 a Energimp pleiteou junto aos seus credores a concessão de uma *standstill* (parada) de juros e principal, de maneira a implementar as condições estabelecidas em seu plano de repactuação e reestruturação. Em janeiro de 2017 a Energimp obteve sucesso na obtenção do *standstill*, o qual esteve vigente até 31 de julho de 2017.

Em 2018, a Energimp e a Caixa Econômica Federal formalizaram a reestruturação das linhas de financiamento de longo prazo dos parques operacionais Ceará II e Santa Catarina e das Cédulas de Crédito Bancário firmadas com a holding.

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Energimp referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram auditadas por auditores independentes que emitiram relatório em 24 de março de 2021, contendo ressalva decorrente de (i) Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía o montante de R\$ 49.950 (2019: R\$ 41.510) registrado na rubrica de partes relacionadas, no ativo não circulante, decorrente de processos trabalhistas com estimativa de perda provável, movidos contra sua controladora Wind Power Energia S.A. (“WPE”), nos quais a companhia foi citada como responsável solidária e, por julgar que este montante deverá ser ressarcido pela WPE, a companhia registrou o ativo em contrapartida ao passivo relacionado à provisão trabalhista. Adicionalmente, as controladas da companhia realizaram adiantamentos para a WPE visando a construção e prestação de serviços de operação e manutenção das Centrais Eólicas do Sul e Centrais Eólicas do Ceará II no montante de R\$ 232.137 (2019: R\$ 232.129), também registrado na rubrica de partes relacionadas, no ativo não circulante do consolidado. Por não existirem garantias firmes sobre a realização de tais valores a receber junto a WPE, devido ao processo em curso de recuperação judicial desta empresa, em 31 de dezembro de 2020, o ativo não circulante e o patrimônio líquido estão apresentados a maior em R\$ 49.950 (2019: R\$ 41.510) e R\$ 282.087 (2019: R\$ 273.639) na controladora e no consolidado, respectivamente, e o prejuízo do exercício findo naquela data está apresentado a menor em R\$ 8.448; e (ii) Em 31 de dezembro de 2020, a companhia e suas controladas possuíam obrigações com a parte relacionada WPE, compostos por R\$ 159.263 (2019: R\$ 147.523) referente à mútuo de R\$ 98.833 (2019: R\$ 98.833) a título de adiantamentos para futuro aumento de capital, registrados no passivo não circulante da controladora e consolidado. Não foi possível confirmar ou verificar por procedimentos alternativos à adequação desses saldos contábeis em 31 de dezembro de 2020. Consequentemente, não foi possível obtermos evidência de auditoria apropriada e suficiente, sobre os saldos da companhia com a WPE, bem como os possíveis efeitos de atualizações monetárias não reconhecidas nas demonstrações dos resultados, dos resultados abrangentes e nos elementos componentes das demonstrações das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado do exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Além disso, o relatório dos auditores independentes contém parágrafo de ênfase, descrito em nota explicativa daquelas demonstrações contábeis, no qual a Companhia e suas controladas estimaram o passivo referente a obrigações com desmobilização, conforme requerido pelas normas brasileiras de contabilidade, e reconheceram seus efeitos retroativamente nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Em decorrência desse fato, os valores correspondentes referentes ao exercício anterior, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto na NBC TG 23 (R1) – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e na NBC TG 26 (R5) – Apresentação das Demonstrações Contábeis. A opinião dos auditores dessa companhia não contém modificação relacionada à esse assunto.

O relatório dos auditores independentes contém parágrafo sobre incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional, uma vez que a companhia apresentou prejuízo e o passivo circulante excedeu o ativo circulante em 31 de dezembro de 2020. Estes eventos juntamente com outros descritos na nota explicativa 1.1 das suas demonstrações contábeis indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da companhia.

Em 31 de dezembro de 2020 o FI-FGTS efetuou a atualização do valor justo do investimento em ações da Energimp com base em laudo de avaliação, elaborado por avaliador independente, KPMG Corporate Finance S.A.

Abaixo segue descrição das principais premissas utilizadas, no laudo de avaliação de 2020, pelo avaliador independente:

- Padrão de valor: Valor Justo;
- Data-base: 31 de dezembro de 2020;
- Moeda de projeção: Os fluxos de caixa foram projetados em milhares de Reais em termos nominais (considerando o efeito inflacionário) A projeção apresentada representa o Fluxo de Caixa Livre para o Acionista (*Free Cash Flow to Equity*);
- Taxa de desconto: A taxa de desconto foi projetada de acordo com a metodologia do CAPM (*Capital Asset Pricing Model*) em Reais e em termos nominais, considerando a inflação) e foi projetada de formato variável, a fim de refletir a alavancagem individualizada dos empreendimentos da Energimp ao longo do período de projeção. É importante ressaltar que os fluxos de caixa foram descontados no meio do período;
- Valor Terminal: Para o cálculo do valor terminal considerou-se o saldo do capital de giro e ativo imobilizado líquido (se aplicável) do último ano do período projetivo de cada ativo em específico, descontado pelo fator de meio período para obtenção do valor presente incorporando o a estimativa/ expectativa valor justo final;
- Ajustes: Ativos e passivos não operacionais não foram considerados nas projeções de fluxo de caixa livre para o Acionista Os saldos, quando observados, foram tratados separadamente;
- Premissas Específicas: As projeções foram baseadas (nos demonstrativos contábeis fornecidos);
- Período projetivo: A partir dos prazos das autorizações contidas nos contratos, e dos prazos informados pela Energimp são utilizados os períodos projetivos de cada um dos empreendimentos.

Com base no laudo elaborado, não se apurou valor justo para a Energimp, de forma que o investimento permaneceu contabilizado a R\$ 0 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 0 em 2019).

n. OAS Óleo e Gás S.A.

A OAS Óleo e Gás S.A. (“OAS O&G”) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 29 de março de 2010, com sede na Cidade do Rio de Janeiro – RJ, Praia de Botafogo, nº 440, 17º andar, Sala 1.701. A companhia tem por objetivo social realizar investimentos no setor de óleo e gás e sua área de atuação compreende o desenvolvimento de projetos de apoio às operações de exploração e produção de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos, incluindo, sem limitação, a propriedade, o afretamento e a operação de unidades flutuantes de perfuração (navios- sonda), unidades de armazenamento, produção e/ou descarga (FPSOs - Floating Production Storage and Offloading), unidades de tratamento, floteis e outras plataformas ou embarcações de apoio marítimo, assim como a propriedade e a operação de terminais logísticos de apoio.

Diante do cenário de inexistência de ativos operacionais, obras paralisadas, prejuízos recorrentes e baixa perspectiva de recuperação econômica da companhia, não foi elaborado laudo de avaliação para o investimento, mantendo-se o valor de zero em 31 de dezembro de 2020 (zero em 2019).

Até a conclusão destas demonstrações financeiras do Fundo, o processo de auditoria das demonstrações financeiras da OAS O&G, referentes ao exercício findo em 31 e dezembro de 2020 não havia sido concluído.

o. BRK Ambiental – Centro Norte Participações S.A.

O FI-FGTS detinha a totalidade das cotas do Caixa Fundo de Investimento Participações Multiestratégia Saneamento, que foi constituído em 6 de dezembro de 2010 sob forma de condomínio fechado e tinha por finalidade destinar recursos para a modernização, implantação e desenvolvimento de projetos no setor de saneamento, por meio da aquisição de participação acionária em companhias estaduais e municipais do setor.

Em 29 de dezembro de 2011, o CAIXA FIP Saneamento realizou o investimento de R\$ 90,6 milhões na Foz do Brasil S.A. (atualmente denominada BRK Ambiental – Centro Norte Participações S.A. “BRK CNP”), que resultou em uma participação acionária de 49% no seu capital social, controladora da Companhia de Saneamento do Tocantins S.A. (“Saneatins”).

Em assembleia geral de quotistas instalada em 11 de maio de 2018 e encerrada em 27 de agosto de 2018 houve a deliberação pela não prorrogação do prazo de investimento do CAIXA FIP Saneamento e sua consequente liquidação, com a transferência das ações da BRK CNP para seu único cotista.

O FI-FGTS aderiu ao Acordo de Acionistas e ao Acordo de Investimentos da BRK CNP por meio da assinatura de Termos de Adesão em 23 de abril de 2018, tendo sido transferidas as ações mediante registro no Livro de Transferência de Ações da BRK CNP em 25 de maio de 2018.

Conforme descrito na nota explicativa nº .6.2 (a) a BRK CNP foi incorporada pela BRK Ambiental.

6.3 Ações preferenciais resgatáveis Hidrotérmica S.A.

O Fundo adquiriu em 20 de abril de 2011, 67.796.610 ações ordinárias preferenciais, resgatáveis e conversíveis em ações ordinárias, de classe “A”, nominativas, sem valor nominal, sem direito a voto, com dividendos mínimos cumulativos de 7% ao ano, *pro rata temporis*, sobre o valor correspondente a R\$ 200.000, atualizados pela variação acumulada do IPCA, desde a data da subscrição das ações em questão até a data de cada pagamento de dividendos. O resgate das ações será realizado em 11 parcelas anuais e consecutivas, sendo o primeiro resgate em 20 de abril de 2015 e o último em 20 de abril de 2025.

O saldo das ações preferenciais atualizado em 31 de dezembro de 2020 monta a R\$ 336.585 (R\$ 322.440 em 2019).

Conforme descrito na nota explicativa nº 9.b o Fundo possui dividendos a receber da Hidrotérmica de R\$ 310.763 (R\$ 257.211 em 2019).

Conforme descrito na nota explicativa 6.2 i. o Fundo exerceu a opção de venda de suas ações detidas emitidas pela Hidrotérmica.

6.4 Provisão para redução ao valor não recuperável relativa ao investimento em Hidrotérmica S.A.

Conforme notas explicativas 6.2.i e 6.3, em 31 de dezembro de 2020 o FI-FGTS possui 55.667.283 ações ordinárias, avaliadas ao valor justo de R\$ 6.918 (R\$ 75.838 em 2019), 67.796.610 ações preferenciais resgatáveis, no valor de R\$ 336.585 (R\$ 322.440 em 2019), atualizadas por meio da variação acumulada do IPCA, desde a data de subscrição das ações até a data de cada pagamento de dividendos; e dividendos a receber no valor de R\$ 310.763.

Dessa forma, o valor total do investimento do FI-FGTS em ativos de emissão de Hidrotérmica

S.A. totaliza R\$ 654.266 em 31 de dezembro de 2020.

Em 31 de dezembro de 2020, o relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras da companhia contém parágrafo de incerteza relevante com relação à sua continuidade operacional, uma vez que a companhia e suas subsidiárias apresentam prejuízos recorrentes, o passivo circulante individual e consolidado excede o ativo circulante individual e consolidado, bem como a companhia se encontra em situação de passivo a descoberto (patrimônio líquido negativo) (nota 6.2 (i)).

A administração do FI-FTS constituiu provisão para redução ao valor recuperável do investimento em ações preferenciais resgatáveis da Hidrotérmica S.A. no montante de R\$ 233.713, em 31 de dezembro de 2020.

7 Investimento em ações com cotação em Bolsa de Valores

(a) Alupar Investimento S.A.

A Alupar Investimento S.A. (“Alupar”) é uma sociedade por ações de capital aberto, diretamente controlada pela Guarupart Participações Ltda., com certificados de ações negociados na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, sob código de negociação ALUP 11. Possui sede na cidade de São Paulo - SP, na Rua Gomes de Carvalho, nº 1.996, 16º andar, Conjunto 161, Sala A, e tem por objeto a participação em outras sociedades atuantes nos setores de energia e infraestrutura, no Brasil ou no exterior, como acionista ou quotista, a geração, a transformação, o transporte, a distribuição e o comércio de energia em qualquer forma, a elaboração de estudos de viabilidade e projetos, a construção, a operação e a manutenção de usinas de geração de energia, de linhas de transmissão e de transporte, de subestações, de rede de distribuição e, bem assim, a realização de quaisquer outros serviços afins ou complementares, além da realização de quaisquer outros serviços ou atividades na área de infraestrutura.

A Alupar participa em 5 empresas geradoras e empresas transmissoras de energia elétrica no Brasil, além de participar em quatro empresas Holdings, sendo: Transminas Holding S.A. (controladora da Transleste, Transirapé e Transudeste), Alupar Inversiones Peru S.A.C. (controladora da La Virgen S.A.C), Alupar Colômbia S.A.S. (controladora da Risaralda Energia S.A.S.E.S.P. e Transmissora Colombiana de Energia S.A.S.E.S.P.), Alupar Chile Inversiones SpA e Windepar Holding S.A. (controladora da Energia dos Ventos I, Energia dos Ventos II, Energia dos Ventos III, Energia dos Ventos IV e Energia dos Ventos X).

Em 31 de dezembro de 2020 o capital social da Alupar no valor total de R\$ 2.981.996 (R\$ 2.981.996 em 31 de dezembro de 2019), está representado por 596.955.970 (596.955.970 em 31 de dezembro de 2019) ações ordinárias e 282.155.299 (282.155.299 em 31 de dezembro de 2019) ações preferenciais, conforme segue abaixo:

Acionista	Qtde. Ações ON	(%)	Qtde. Ações PN	(%)
Guarupart	452.995.367	74,71%	5.471.128	1,94%
FI-FGTS	35.162.754	5,89%	70.325.508	24,92%
Outros	108.797.849	19,40%	206.358.663	73,14%
Total	<u>596.955.970</u>	<u>100,00%</u>	<u>282.155.299</u>	<u>100,00%</u>

O Fundo recebeu a título de distribuição de dividendos intermediários em 2020 o montante de R\$ 24.262 (R\$ 15.823 em 2029), de acordo com a participação acionária detida pelo Fundo na Alupar.

Valor de mercado das ações (Nível 1) - Composição das Units

Em 31 de dezembro de 2020 a participação do FI-FGTS na Alupar está representada por 35.162.754 units (35.162.754 em 2019) units, valorizadas no preço de mercado de R\$ 27,09 (R\$ 25,85 em 2019) por ação, conforme cotação de fechamento disponível na bolsa de valores, totalizando o montante de R\$ 952.559 (R\$ 970.492 em 2019). Cada unit é representada por 1 (uma) ação ordinária e 2 (duas) ações preferenciais.

(b) Banco do Brasil S.A.

De acordo com o Quinto Termo de Prorrogação e Repactuação do Instrumento de Assunção de Obrigações de Não Fazer (*Standstill*) e Outras Avenças (quinto termo de prorrogação do *Standstill*) celebrado em 26 de janeiro de 2016, foi solicitada em 17 de fevereiro de 2016 a quitação parcial de garantias de crédito das debêntures da Sete Brasil junto ao Fundo de Garantia da Construção Naval (“FGCN”), no qual foi realizado o primeiro pagamento da garantia concedida pelo Fundo de Garantia da Construção Naval em 11 de fevereiro de 2016 no valor de R\$ 593.868. O valor da quitação parcial foi realizado por meio da dação em pagamento de 43.379.728 ações ordinárias de emissão do Banco do Brasil S.A. (“Banco do Brasil”), cotadas pelo valor unitário de fechamento do dia 10 de fevereiro de 2016 e no período diurno, no valor de R\$ 13,69.

Em 24 de fevereiro de 2016 foi realizada a transferência para o Fundo de 19.818.376 ações ordinárias de emissão do Banco do Brasil S.A., cotadas pelo valor unitário de R\$ 13,52, no valor de R\$ 267.944, como segunda parcela da execução das garantias da Sete Brasil junto ao Fundo de Garantia da Construção Naval prevista no Quinto Termo de Prorrogação e Repactuação do Instrumento de Assunção de Obrigação de Não Fazer (*Standstill*) e Outras Avenças.

Em 10 de maio de 2016 foi realizada a transferência para o Fundo de 5.308.633 ações ordinárias de emissão do Banco do Brasil S.A., cotadas pelo valor unitário de R\$ 20,25, no valor de R\$ 107.500, como terceira parcela da execução das garantias da Sete Brasil junto ao Fundo de Garantia da Construção Naval prevista no Quinto Termo de Prorrogação e Repactuação do Instrumento de Assunção de Obrigação de Não Fazer (*Standstill*) e Outras Avenças.

O Fundo recebeu, a título de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio, o montante de R\$ 91.382 no primeiro semestre de 2019, e o montante de R\$ 46.424 no segundo semestre de 2019, de acordo com a participação acionária detida pelo Fundo.

Em 15 de julho de 2019 o Comitê de Investimento do FI-FGTS aprovou, em reunião extraordinária, o desinvestimento de 68.506.737 ações ordinárias, detidas pelo Fundo, de emissão do Banco do Brasil S.A.. Pela operação, o Fundo recebeu o valor líquido de R\$ 2.974.827 em 22 de outubro de 2019.

8 Valores a receber

a. Energisa S.A.

A Energisa S.A. (“Energisa”) é uma empresa holding que controla cinco distribuidoras de energia, três na Região Nordeste, Energisa Paraíba, Energisa Sergipe e Energisa Borborema, e duas na Região Sudeste, Energisa Minas Gerais e Energisa Nova Friburgo (“Grupo Econômico”). A Energisa também controla ativos na área de geração, comercialização e outros serviços. O Grupo distribui eletricidade para cerca de 2,6 milhões de consumidores em 352 municípios.

Em 27 de janeiro de 2014 foi concedida a última autorização necessária para a conclusão do processo de transferência do controle acionário do Grupo Rede para Energisa, mediante a publicação da aprovação pela ANEEL.

Considerando a Decisão Judicial favorável à Energisa, a aprovação da troca do controle acionário pela

ANEEL e pelo CADE, somada a assunção do controle do Grupo Rede pela ENERGISA em 11 de abril de 2014, torna-se possível a definição das condições finais de recebimento do crédito. Assim, o Fundo reconheceu integralmente o valor a receber decorrente do exercício da opção de venda da totalidade das ações da Empresa de Energia Eletrica Vale do Paranapanema S/A (“EEVP”), pelo seu valor estimado de realização, no montante de R\$ 720.573 que está sendo atualizado conforme a opção escolhida pelo Fundo no Plano de Recuperação Judicial apresentado pelo Grupo Rede.

Em 31 de dezembro de 2020 o valor atualizado do crédito é de R\$ 764.645 (R\$ 764.166 em 2019).

b. Hidrotérmica S.A.

A Hidrotérmica não apurou lucro no exercício em 2020, e, portanto, não houve distribuição de dividendos. Conforme previsto em contrato, não havendo dividendos para serem distribuídos pela Hidrotérmica, o saldo não pago poderá ser incorporado ao saldo devedor e pago posteriormente, ou ainda, poderá converter o saldo devedor em ações ordinárias em relação às quais o Fundo detém uma opção de venda contra a Bolognesi Energia S.A., acionista controlador da Hidrotérmica.

Esta nota deve ser lida em conjunto com a Nota Explicativa nº 6.3.

c. OAS S.A.

A OAS S.A. (“OAS”), e suas controladas têm por objetivo a exploração da atividade de engenharia civil e da indústria da construção civil e pesada, gerenciamento e execução de projetos e obras, compra e venda de imóveis e corretagem, investimento e/ou participação em outras sociedades, consórcios, condomínios, e/ou fundos de investimentos e/ou imobiliários bem como, realizar investimentos e/ou participações em infraestrutura inclusive sob a forma de exploração, direta ou indireta mediante controladas ou coligadas, de concessões, permissões ou autorizações de serviço público ou de uso de bem público.

Os recursos captados por essa emissão são destinados para o setor rodoviário conforme o Plano de Negócios anexo à Escritura de Emissão.

Em 31 de março de 2015, o Grupo OAS apresentou à Justiça de São Paulo pedido de Recuperação Judicial (“RJ”) de nove de suas empresas, a saber: OAS, Construtora OAS, OAS Empreendimentos, SPE Gestão e Exploração de Arenas Multiuso, OAS Investimentos, OAS Infraestrutura, OAS Imóveis, OAS Investments GmbH, OAS Investments Limited e OAS Finance Limited.

Em 17 de dezembro de 2015 a OAS teve seu o Plano de Recuperação Judicial (“PRJ”) aprovado pelos credores e homologado em 28 de janeiro de 2016 pela 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo.

A emissão é garantida por penhor sobre 8.531.973 ações ordinárias, e 17.063.946 ações preferenciais de emissão da INVEPAR S.A. (“INVEPAR”), que representam aproximadamente 5,96% do capital social da INVEPAR.

Ante ao exposto o PRJ prevê a constituição de um veículo societário (SPE Credores), cujos cotistas serão determinados credores financeiros, incluindo FI-FGTS. Neste veículo serão integralizadas as ações da INVEPAR cedidas em garantia ao FI-FGTS e as ações da INVEPAR cedidas em garantia aos demais credores.

Desta forma, concluída a realização da alienação judicial, a SPE Credores irá deter 35.764.281 ações ordinárias e 69.117.379 ações preferenciais de emissão da INVEPAR (“Ações INVEPAR”) representando 24,44% do capital social da OAS.

De acordo com o PRJ, caso a SPE Credores venha a alienar a totalidade das Ações INVEPAR, será devido ao FI-FGTS a parcela correspondente às ações da INVEPAR que garantem a operação do FI-FGTS, equivalente à 24,40% dos recursos auferidos mediante a referida alienação, após deduzidos os custos e despesas incorridos pelo veículo societário.

Conforme mencionado acima, o Plano de Recuperação Judicial da OAS S.A. e demais Recuperandas previa a transferência das ações de emissão da Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. (“INVEPAR”) de titularidade do Grupo OAS, que representam 24,44% do total de ações da INVEPAR, ao FI-FGTS e demais credores por meio de um FIP (“SPE Credores”). Neste sentido, em 20/05/2019, em cumprimento ao Plano de Recuperação Judicial, houve efetiva a transferência das ações da INVEPAR de titularidade do Grupo OAS à SPE Credores.

Desta forma, concluído o fechamento do plano de recuperação judicial, o FI-FGTS passou a deter 24,40% do total das quotas da SPE Credores, que, por sua vez detém 24,44% do capital social da INVEPAR, assim, o FI-FGTS passou a deter indiretamente por meio da SPE Credores aproximadamente 5,96% do capital social da INVEPAR.

Conforme descrito na nota explicativa nº 5.v, a participação do FI-FGTS na INVEPAR foi objeto de integralização de cotas no FIP Yosemite, em 20 de maio de 2019, com a respectiva baixa dos valores a receber relativos à OAS S.A.

Em decorrência do processo de recuperação judicial da OAS S.A., o Fundo figura como pólo ativo em litígio contra a companhia OAS S.A. e Construtora OAS S.A. (executada e fiadora, respectivamente), em decorrência do vencimento antecipado de obrigações do instrumento particular de 4ª Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, série única, para distribuição privada da espécie com garantia real e com garantia adicional fidejussória da OAS S.A.

d. Sete Brasil Participações S.A.

A Sete Brasil Participações S.A. (“Sete Brasil”) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 22 de janeiro de 2010, com sede na cidade do Rio de Janeiro.

A Sete Brasil e suas controladas foram criadas com o propósito de viabilizar a construção de ativos de exploração de petróleo e gás na camada do Pré-Sal se tornou um importante componente da indústria petrolífera mundial, com a exploração de petróleo em ultra profundas e a extração de óleos em regiões recém descobertas.

O objetivo da Sete Brasil é o de gestão de portfólio de ativos de exploração do setor de óleo e gás. O modelo de negócio da Sete Brasil está baseado em parcerias com empresas especializadas e experientes na operação de ativos em cada setor de atuação.

Em 1 de fevereiro de 2013, conforme a Ata de Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas, foi aprovada a emissão de 1.850 debêntures a R\$ 1.000 (um milhão de reais) cada. Em 19 de fevereiro de 2013 o Fundo adquiriu a totalidade das debêntures emitidas pela Sete Brasil S.A.

A Sete Brasil havia celebrado diversos contratos de financiamento na modalidade “empréstimos ponte” que seriam pagos mediante a liberação de recursos do financiamento de longo prazo que seria contratado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, porém não houve a contratação tampouco a liberação dos recursos previstos pela Sete Brasil.

Ao longo de 2015 o FI-FGTS notificou a Sete Brasil sobre o vencimento das debêntures, e também o Fundo de Garantia da Construção Naval (“FGCN”), o qual garantia parcialmente a operação, para que pagasse os valores devidos pela Sete Brasil, e cobertos por essa garantia.

De acordo com o Quinto Termo de Prorrogação e Repactuação do Instrumento de Assunção de Obrigações de Não Fazer (Standstill) e Outras Avenças (quinto termo de prorrogação do Standstill) celebrado em 26 de janeiro de 2016, foi solicitado em 17 de fevereiro de 2016 a quitação parcial de garantias de crédito, no qual foi realizado o primeiro pagamento de garantia concedida pelo Fundo de Garantia da Construção Naval em 11 de fevereiro de 2016 no valor de R\$ 593.868. O valor da quitação parcial foi realizado por meio da dação em pagamento de 43.379.728 ações ordinárias de emissão do Banco do Brasil, cotadas pelo valor unitário de fechamento do dia 10 de fevereiro de 2016 e no período diurno, no valor de R\$ 13,69.

Em 24 de fevereiro de 2016 foi realizado a transferência para o Fundo de 19.818.376 ações ordinárias de emissão do Banco do Brasil S.A, cotadas pelo valor unitário de R\$ 13,52, no valor de R\$ 267.944, como segunda parcela da execução das garantias da Sete Brasil junto ao Fundo de Garantia da Construção Naval prevista no Quinto Termo de Prorrogação e Repactuação do Instrumento de Assunção de Obrigação de Não Fazer (Standstill) e Outras Avenças.

Em 10 de maio de 2016 foi realizado a transferência para o Fundo de 5.308.633 ações ordinárias de emissão do Banco do Brasil S.A. cotadas pelo valor unitário de R\$ 20,25, no valor de R\$ 107.500, como terceira parcela da execução das garantias da Sete Brasil junto ao Fundo de Garantia da Construção Naval prevista no Quinto Termo de Prorrogação e Repactuação do Instrumento de Assunção de Obrigação de Não Fazer (Standstill) e Outras Avenças, ocorrendo a baixa do valor provisionado no total de R\$ 1.870.901.

O quinto Termo de Prorrogação prevê a obrigatoriedade do pagamento do saldo residual, o qual o Fundo de Garantia da Construção Naval reconheceu e declarou. Encontra-se registrada uma provisão por redução ao valor recuperável correspondente à 100% do valor residual, conforme apresentado no quadro abaixo.

O Plano de Recuperação Judicial da Sete Brasil foi aprovado pela Assembleia Geral de Credores realizada em 09 de novembro de 2018. Em 22 de novembro de 2018, foi homologado o Plano de Recuperação Judicial da Sete Brasil junto ao Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, tendo sido deferido o processamento da recuperação judicial das empresas brasileiras, Sete Brasil, Sete Investimentos I S.A. e Sete Investimentos II S.A., Sete Holding GMBH, Sete International One GMBH e Sete International Two GMBH.

Movimentação da provisão por redução de valor residual

	2020	2019
Valor a receber execução Garantia	903.780	700.996
Provisão por redução	<u>(903.780)</u>	<u>(700.996)</u>
Saldo no final do exercício	<u>-</u>	<u>-</u>

9 Integralização e resgate de cotas

A subscrição inicial de recursos do Fundo correspondeu a R\$ 5.000.000 e foi integralizado da seguinte forma:

- a. o valor de R\$ 50.000 foi integralizado em até 30 dias após o registro do Fundo na CVM; e
- b. o restante foi integralizado após aprovação dos projetos pelo Comitê de Investimento nos respectivos valores.

As integralizações são efetuadas pelo valor da cota apurada no fechamento do dia da efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelo investidor em favor do Fundo, observado o horário fixado pela Administradora. O valor da cota corresponde à divisão do patrimônio líquido do Fundo pelo número de cotas emitidas.

Após a aplicação integral do valor inicial, a Administradora poderá propor ao CCFGTS subscrições e integralizações adicionais de parcelas de até R\$ 5.000.000 cada, até ser atingido o valor limite de R\$ 62.047.576, equivalentes a 80% do patrimônio líquido do FGTS registrado em 31 de dezembro de 2014, acrescido de R\$ 2.000.000 destinados à integralização de cotas do Fundo de Investimento em Cotas do FI-FGTS pelos cotista do FGTS, totalizando R\$ 64.047.576.

Conforme dispõe o Regulamento do Fundo, anualmente, na primeira reunião ordinária após a aprovação do Relatório de Gestão do Fundo, ou em eventual situação de risco de liquidez do FGTS, o CCFGTS deliberará sobre Reinvestimento ou resgate de cotas. Considerando a composição do patrimônio do Fundo, serão passíveis de resgate os valores livres de obrigações contratuais, oriundos dos projetos aprovados em Proposta de Investimento e concluídos, desde que o seu resgate não signifique a necessidade de aporte no Fundo para fazer frente às suas necessidades de capital usuais de manutenção, como despesas, custos e demais obrigações já estabelecidos nos acordos vinculados aos investimentos e ainda não desembolsados.

As integralizações e resgate de recursos ocorridas desde o início das atividades do Fundo estão demonstradas abaixo:

	Quantidade de cotas emitidas/ resgatadas	Montante Integralizado/ resgatado (R\$)
Aporte inicial em 01/07/2008	50.000.000,000	50.000
Demais aportes em 2008	8.852.166.037,392	9.249.032
Demais aportes em 2009	4.129.111.991,382	4.508.537
Demais aportes em 2010	2.964.626.548,487	3.469.000
Demais aportes em 2011	527.999.391,707	649.368
Demais aportes em 2012	2.858.069.264,993	3.757.854
Demais aportes em 2013	-	-
Demais aportes em 2014	790.675.995,492	1.200.000
Demais aportes em 2015	-	-
Resgate em 2016	(1.030.570.540,115)	(1.770.758)
Resgate em 2018	(2.656.253.712,945)	(5.000.000)
Resgate em 2019	(4.058.743.687,434)	(8.256.676)
Total aportado/resgatado até 31/12/2019	12.427.081.288,96	7.856.357

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 não houve integralizações ou resgates de cotas.

10 Gerenciamento de riscos

a. Tipos de riscos

Risco de mercado

Está relacionado à maior ou menor desvalorização das cotas do Fundo, devido às alterações nas condições macro/micro econômicas e/ou políticas, nacionais e internacionais, que podem impactar o mercado, tais como: oscilações nas taxas de juros prefixadas ou pós-fixadas, índices de preços, taxa de câmbio, preços das ações e/ou índices do mercado acionário. Pelo fato de o Fundo e/ou dos fundos de investimento nos quais o Fundo aplica manterem seus ativos avaliados diariamente a preços de mercado, nos casos em que houver queda no valor dos ativos, o patrimônio líquido do Fundo pode ser afetado negativamente. As perdas podem ser temporárias, não existindo, contudo, garantias de que

possam ser revertidas ao longo prazo. As oscilações do mercado podem afetar com maior intensidade o preço dos ativos de longo prazo.

Risco relacionado às companhias alvos e às sociedades investidas

Uma parcela significativa dos investimentos do Fundo é feita em participações ou investimentos relacionados a participações que, por sua natureza, envolvem risco do negócio, financeiros, do mercado e/ou legais. Ao mesmo tempo em que tais investimentos oferecem uma oportunidade de rendimento significativo, também envolvem alto grau de risco que pode resultar em perdas substanciais. Não se pode garantir que o administrador e/ou o comitê de investimento irão avaliar corretamente a natureza e a magnitude dos vários fatores que podem afetar o valor de tais investimentos. Movimentos de preço e do mercado em que são feitos os investimentos do Fundo podem ser voláteis e uma variedade de outros fatores inerentes aos mesmos e de difícil previsão, tais como acontecimentos econômicos e políticos nacionais e internacionais podem afetar de forma significativa os resultados das atividades do Fundo e o valor de seus investimentos. Consequentemente, o desempenho do Fundo em um período específico não pode ser necessariamente um indicativo dos resultados que podem ser esperados em períodos futuros.

O Fundo investirá na companhia alvo e indiretamente nas sociedades controladas pela companhia alvo, as quais atuam em setores regulamentados, como por exemplo, os setores de energia elétrica, saneamento, ferrovias, portos, rodovias. As operações de tais sociedades estarão sujeitas ao cumprimento da regulamentação aplicável, podendo estar sujeitas a um maior grau de regulamentação tanto em decorrência de novas exigências quanto de regulamentação de mercados anteriormente não regulamentados. Os preços podem ser controlados artificialmente e os ônus regulatórios podem aumentar os custos operacionais dessas sociedades. Dessa forma, a criação de regulamentação ou a alteração das já existentes pode afetar de forma adversa o desempenho dessas sociedades e do Fundo. Além disso, não há garantia de que essas sociedades acompanhem pari passu o desempenho do seu respectivo setor.

Risco de crédito

Está relacionado à possibilidade dos emissores ou contrapartes dos ativos que fazem ou venham a fazer parte da carteira do Fundo e/ou dos fundos de investimentos nos quais o Fundo investe não cumprirem suas obrigações de pagamento do principal e dos respectivos juros de suas obrigações, por ocasião dos vencimentos finais e/ou antecipados. Adicionalmente, os contratos de derivativos estão eventualmente sujeitos ao inadimplemento da contraparte e à possibilidade da instituição garantidora não poder honrar sua liquidação.

Risco de liquidez

Está relacionado à possibilidade de o Fundo não ter recursos necessários para o cumprimento de suas obrigações de pagamento de resgates de cotas deliberados pelo Conselho Curador do FGTS nos prazos legais ou no montante solicitado, em decorrência de condições atípicas de mercado ou possibilidade de redução ou mesmo inexistência de demanda pelos ativos componentes da carteira do Fundo e/ou dos fundos de investimento nos quais o Fundo investe, por condições específicas atribuídas a tais ativos ou aos mercados em que são negociados. A falta de liquidez no mercado também pode ocasionar a alienação dos ativos por valor inferior ao efetivamente contabilizado e pode afetar com maior intensidade os ativos de longo prazo. Essas dificuldades podem se estender por períodos longos e serem sentidas mesmo em situações de normalidade nos mercados.

Risco de não realização dos valores justos registrados

Está relacionado à possibilidade de as ações que não possuem cotação em bolsa de valores ou em mercado de balcão organizado, e são avaliadas pelos seus valores econômico-financeiros apurados por empresas independentes especializadas, virem a ser alienadas por valores diferentes daqueles registrados.

Riscos relacionados a não conformidade com leis e regulamentos

Em 31 de dezembro de 2020, o FI-FGTS mantém investimento por meio de Ações sem cotação em Bolsa de Valores, debêntures não conversíveis em ações e cotas de fundos de investimentos, no montante de R\$ 15.778.066, dos quais, R\$ 4.253.003 são provenientes de companhias que fazem parte e/ou estão relacionadas a grupos de empresas que se encontram em processo de investigação pela polícia federal e/ou pelo Ministério Público Federal.

Tais situações incluem investimentos em: (i) Ações da empresa Hidrotérmica S.A., no montante R\$ 420.553; (ii) Cotas do fundo FIP Amazônia no montante de R\$ 218.113; (iii) Debêntures emitidas pela Santo Antônio Energia S.A. no montante de R\$ 3.614.337 e pela Brasil Term Participações S.A., no montante de zero, em 31 de dezembro de 2020.

Todas as companhias investidas do Fundo, são monitoradas periodicamente, de forma a considerar eventuais riscos relacionados a cada operação, em complemento aos riscos de mercado, crédito e ou liquidez. Adicionalmente, de acordo com as práticas contábeis adotadas pelo Fundo, caso seja julgado necessário, eventuais provisões serão efetuadas de forma a registrar provisão para redução ao valor recuperável de tais ativos e ou a medida em que tais valores sejam conhecidos.

Não obstante as ações tomadas recentemente pelas empresas investidas, o Fundo de investimento tem solicitado a administração das companhias investidas a adoção de diversas medidas para adequação do seu padrão de governança (i.e. Implementação de avaliação e programas de conformidade e obtenção de certificações alinhados ao certificado “Pró Ética” do Ministério da Transparência Fiscalização e Controle Geral da União “MTFCGU”).

A despeito da diligência da Administração na defesa dos interesses dos cotistas e na busca pela constituição de instrumentos mitigadores de risco, não há garantia de que recursos investidos estarão imunes à influência dos riscos mencionados.

b. Gerenciamento de riscos

A Administradora possui uma área de risco responsável pelo controle, monitoramento e gerenciamento dos riscos a que estão expostos os investimentos do Fundo. Para o gerenciamento do risco são utilizados modelos estatísticos, tais como o VaR (“Value at Risk”) que mensura a perda máxima esperada, dado um nível de confiança e um período de análise, em condições normais de mercado e a análise de “stress” que é utilizada para estimar a perda potencial, considerando-se um certo nível de confiança, sob as condições mais adversas de mercado ocorridas em determinado período, ou sob cenários de “stress”. O controle do risco de crédito é realizado por meio de uma política de crédito e um processo de análise dos emissores dos ativos financeiros atendendo à política de investimento do Fundo.

11 Taxa de administração

A partir de 1º de janeiro de 2020 taxa de administração paga pelo Fundo corresponde a 0,50% ao ano incidente sobre o patrimônio líquido do Fundo, deduzidos os valores aplicados em disponibilidades. Sobre as disponibilidades, incide a taxa de administração de 0,10% ao ano. De acordo com o Regulamento do Fundo, as disponibilidades referem-se às aplicações em títulos públicos federais, operações compromissadas e saldo de caixa. A remuneração é provisionada diariamente sobre o patrimônio líquido do Fundo e paga mensalmente até o 5º dia útil do mês subsequente ao vencido. A correspondente despesa, no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foi R\$ 89.335 (2019 – R\$ 245.830).

Até 31 de dezembro de 2019, a taxa de administração paga pelo Fundo correspondia a 1,0% ao ano incidente sobre o patrimônio líquido do Fundo, deduzidos os valores aplicados em disponibilidades.

Sobre as disponibilidades, incide a taxa de administração de 0,10% ao ano. De acordo com o Regulamento do Fundo, as disponibilidades referem-se às aplicações em títulos públicos federais, operações compromissadas e saldo de caixa. A remuneração é provisionada diariamente sobre o patrimônio líquido do Fundo e paga mensalmente até o 5º dia útil do mês subsequente ao vencido.

A taxa de administração não compreende os serviços de custódia, controladoria e demais serviços contratados pelo Fundo e é vedada a cobrança de taxa de *performance*.

12 Encargos e despesas debitadas ao Fundo

Os encargos e as despesas debitados ao Fundo e os seus respectivos percentuais em relação ao patrimônio líquido médio do exercício de R\$ 24.751.132 (R\$ 31.885.868 em 2019) são os seguintes:

	Taxa de Administração		Outras despesas	
	R\$	%	R\$	%
31 de dezembro de 2020	89.335	0,36	4.138	0,02
31 de dezembro de 2019	245.830	0,77	1.964	0,01

13 Custódia

As Aplicações Interfinanceiras de Liquidez estão custodiadas no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) e as ações sem cotação em Bolsa de Valores estão registradas nos Livros de Registro de Ações das próprias investidas. O Fundo possui debêntures escriturais e debêntures registradas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão. As ações com cotação estão custodiadas pelo Itaú Unibanco S.A. O controle das cotas de fundos investidos que compõe a carteira do Fundo, está sob responsabilidade do Administrador, ou de terceiros por ele contratado.

14 Legislação tributária

Conforme a Lei nº 11.491 de 20 de junho de 2007, são isentos de imposto de renda os ganhos do Fundo. A atual legislação fiscal estabelece que os recursos estão sujeitos a alíquota zero no que se refere ao Imposto sobre Operações Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários (IOF/Títulos).

15 Valor da cota e rentabilidade do Fundo

Em 2020 o Fundo gerou um resultado positivo de R\$ 1.118.666 (2019 – R\$ 542.453).

A rentabilidade do Fundo e o valor da cota de encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 foram os seguintes:

Data	Valor da Cota (R\$)	Rentabilidade (%)
31 de dezembro de 2020	2,04686164	4,60
31 de dezembro de 2019	1,95684320	0,71

16 Demandas judiciais

O Fundo figura como pólo ativo em um litígio classificado como provável pelos advogados responsáveis, em decorrência do assunto exposto nas Notas Explicativas nº 6.3 e 8.b. Não há registro de demandas judiciais ou extrajudiciais de cotistas contra a administração do Fundo.

17 Contrato de prestação de serviços

A Administradora contratou o Banco Bradesco S.A., para prestar serviços de tesouraria, custódia, controle de ativos e passivos relativos ao Fundo.

18 Prestação de outros serviços e política de independência do auditor

Em atendimento à Instrução nº 381/03 da Comissão de Valores Mobiliários, o Fundo, no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, somente contratou a PricewaterhouseCoppers Auditores Independentes para a prestação de serviços de auditoria externa, não tendo a referida empresa prestado qualquer outro tipo de serviço ao Fundo. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos, quais sejam, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os interesses deste.

19 Partes relacionadas

As informações apresentadas na Nota Explicativa nº 11 - Integralização e resgate de cotas, o Fundo mantém em 31 de dezembro de 2020 um montante de R\$ 7.641 (2019 - R\$ 17.264) relativo a taxa de administração a pagar a Administradora, sendo que foi reconhecido durante o exercício despesa com taxa de administração de R\$ 89.335 (2019 – R\$ 245.830).

20 Alteração Estatutária

Em 16 de dezembro de 2020 foi publicada a Resolução nº 986 do Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, de 15 de dezembro de 2020, que reformula o Regulamento do FI-FGTS que passou a vigor a partir de 4 de janeiro de 2021.

21 Eventos Subsequentes

Em reuniões extraordinárias do Comitê de Investimento do FI-FGTS realizadas em 25 de setembro de 2020 e 11 de março de 2021 foram aprovadas a realização da oferta pública secundária no total de 35.162.754 certificados de depósitos de ações, representados cada um por uma ação ordinária e duas ações preferenciais, nominativas, escriturais e sem valor nominal, emitidos pela Alupar Investimento S.A. e detidas pelo FI-FGTS. O preço fixado pelo Comitê de Gestão de Recursos do FI-FGTS, em reunião realizada em 20 de abril de 2021 foi de R\$ 25,50 (vinte e cinco reais e cinquenta centavos) por *unit* de forma que foram recebidos pelo Fundo o valor de R\$ 885.442 em 26 de abril de 2021.

22 Outros Assuntos

Desde o início de janeiro de 2020, a pandemia do coronavírus impactou adversamente as atividades econômicas globais. O rápido desenvolvimento e fluidez dessa situação impedem qualquer previsão do seu impacto final. Este evento pode ter um impacto adverso e contínuo nas condições econômicas e de mercado, e desencadear um período de desaceleração econômica global, o que poderia trazer reflexos na precificação subsequente da carteira do Fundo. A Administradora segue monitorando os desenvolvimentos relacionados ao coronavírus e coordenando sua resposta operacional com base nos planos de continuidade de negócios existentes, nas orientações de organizações globais de saúde, e melhores práticas gerais de resposta à pandemia.

* * *

Laiza Fabíola Martins Santa Rosa
Diretor Executivo

Ricardo Ignácio Rocha
CRC 1 SP 213357/O-6-T-PR